

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de  
Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público**

16.<sup>a</sup> Reunião  
(30 de julho de 2013)

---

**SUMÁRIO**

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 10 horas e 14 minutos.

O Sr. ex-Ministro de Estado e das Finanças (Dr. Vítor Gaspar), após intervenção inicial, respondeu aos Srs. Deputados Paulo Sá (PCP), Ana Drago (BE), Adão Silva (PSD), João Galamba (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), Afonso Oliveira (PSD), Ana Catarina Mendonça (PS) e Hugo Lopes Soares (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está aberta a reunião.

*Eram 10 horas e 14 minutos.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, bom dia a todos. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas, os meus cumprimentos.

Quero agradecer, em nome da Comissão, a disponibilidade do Sr. Dr. Vítor Gaspar para comparecer nesta Comissão de Inquérito, disponibilidade esta revelada desde o primeiro momento do nosso contacto.

Já tive ocasião de trocar breves impressões sobre as nossas metodologias de trabalho e o Sr. Dr. Vítor Gaspar deseja fazer uma declaração inicial. Vamos ouvir essa declaração, após o que passaremos às questões dos Srs. Deputados.

Sr. Dr. Vítor Gaspar, renovando os meus cumprimentos, dou-lhe a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar (ex-Ministro de Estado e das Finanças): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Gostaria de fazer uma breve intervenção inicial de enquadramento da questão, procurando, em primeiro lugar, formular a questão da celebração dos contratos de gestão de risco financeiro por parte de empresas do setor público e, em segundo lugar, dar um breve historial da atuação do Governo nessa matéria até muito recentemente.

Derivados financeiros podem ser instrumentos apropriados para a gestão de custo e risco por parte de entidades gestoras e emitentes de dívida. Estes instrumentos derivados permitem separar as características financeiras das emissões de dívida do perfil do risco global de carteira,

permitindo, assim, uma maior eficiência na gestão entre o custo e o risco de financiamento.

Os derivados financeiros podem ser instrumentos extremamente complexos. A sua utilização exige um controlo e um enquadramento adequados. A prioridade fundamental é aqui a de assegurar a aplicação de regras e procedimentos que conduzam a uma gestão prudente e transparente destes instrumentos.

Este Governo encontrou um problema criado pela existência de um conjunto de contratos que, em vez de reduzirem o risco, o multiplicavam, contratos esses que se comportavam não como gestores mas como geradores de riscos. Em muitos casos, os contratos permitiam uma redução dos custos de financiamento no imediato, tendo como contrapartida o aumento de encargos em períodos futuros. Esta assunção de custos e riscos futuros, por contrapartida de ganhos imediatos, constitui um padrão de comportamento, em Portugal, pelo menos nos últimos 15 anos.

As consequências deste pacto faustiano foram particularmente gravosas durante a gestão dos últimos Governos liderados pelo Partido Socialista. Entre 2005 e 2011, a dívida das administrações públicas aumentou mais de 90 000 milhões de euros. No mesmo período, a dívida do setor empresarial do Estado mais do que duplicou.

Esta falta de rigor e transparência orçamental e financeira esteve na origem da necessidade de recorrer a financiamento oficial internacional.

Esta questão concreta — os riscos orçamentais e financeiros associados com contratos de gestão de risco financeiro nas empresas públicas — foi, de resto, coberta explicitamente no Programa de Ajustamento acordado com os nossos parceiros internacionais.

---

O Governo foi confrontado com estas graves realidades e tem vindo a atuar, de forma a minimizar as consequências destas situações e a criar condições que impeçam a sua repetição.

Quero agora sumariar brevemente os passos dados entre julho de 2011 e o final de junho de 2013.

A situação encontrada pelo atual Governo foi particularmente problemática, em primeiro lugar, porque ocorreu numa fase de graves dificuldades financeiras para o País e o Tesouro, em segundo lugar, porque as incertezas e os riscos, sempre associados a este tipo de produtos, eram agravados, no caso concreto, pela existência de cláusulas contratuais permitindo o exercício de opções de vencimento antecipado por parte das instituições financeiras contratantes, e, em terceiro lugar, porque os contratos existentes se revelavam, em muitos casos, contrários à proteção do interesse público.

As preocupações fundamentais foram, portanto, por um lado, a da criação de condições que impeçam a repetição desse tipo de episódios e, por outro, a da gestão da situação herdada, de forma a minimizar custos e riscos. Evitar a repetição deste tipo de episódios impõe uma alteração do regime jurídico do setor empresarial do Estado. Este processo está quase concluído. Falta apenas fazer uso da autorização legislativa prevista na Lei n.º 18/2013, de 18 de fevereiro, no sentido de consagrar que os contratos de gestão de risco financeiro celebrados pelas empresas públicas fiquem sujeitos a parecer vinculativo prévio por parte do IGCP. Este decreto-lei autorizado será, segundo julgo saber, aprovado nos próximos dias.

O papel do IGCP tem sido também central na gestão e contenção dos custos e riscos associados com a carteira de contratos pré-existent nas empresas públicas.

---

Os passos dados em concreto e que permitem reduzir substancialmente custos e riscos foram já reportados pela Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças a esta Comissão de Inquérito, na reunião de 25 de junho. Nada tenho a acrescentar a essa informação detalhada e a esta introdução que desejei fazer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Dr. Vítor Gaspar.

Assim sendo, vamos passar às questões dos Srs. Deputados. De acordo com o ritmo das nossas rondas de intervenção, a palavra cabe agora, no início, ao Sr. Deputado Paulo Sá, do PCP, a quem peço para usar da palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. Vítor Gaspar e agradecer-lhe a disponibilidade para estar nesta Comissão e prestar as informações relativamente a este assunto.

Começo, naturalmente, pela transição de pastas entre o anterior e o atual Governo.

Na altura, e de acordo com informações que são públicas, o Sr. Doutor manteve reuniões com o anterior Ministro das Finanças, Dr. Teixeira dos Santos, que informou esta Comissão que haviam discutido a questão dos *swaps*, algo que foi confirmado publicamente pelo Dr. Vítor Gaspar antes de sair do Governo.

O que lhe peço é se pode descrever, com todo o detalhe possível, o que se passou nessas reuniões de transição de pasta, relativamente aos contratos *swap*, ou seja, tudo o que foi abordado, discutido e transmitido, incluindo documentos, nessas reuniões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

---

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Sá, não tenho recordação detalhada da forma como decorreram as reuniões relativamente a estas matérias concretas, pelo que não tenho possibilidade de o ajudar com o grau de detalhe que pretende.

Julgo, no entanto, que vale a pena fazer algumas considerações de enquadramento e, depois, passar ao esclarecimento de algumas questões de conteúdo.

Em primeiro lugar, a existência de contratos que fazem a gestão dos riscos financeiros nas empresas públicas, a existência desse tipo de contratos é, à data da transição entre os Governos, isto é, à data de junho de 2011, uma informação pública conhecida.

Essa classe de riscos orçamentais e financeiros foi, por exemplo, discutida entre mim e os meus alunos, quer na Universidade Católica Portuguesa quer no ISEG, quando abordámos a situação macroeconómica em Portugal.

A importância da informação e da transparência em matéria orçamental e financeira e a necessidade de quantificar este tipo de riscos foi uma preocupação expressa, por exemplo, pelo Dr. Eduardo Catroga, repetidamente, neste período.

Estamos, portanto, num quadro em que a informação geral sobre a existência deste tipo de operações e sobre o facto de estas operações terem associados a elas riscos orçamentais e financeiros é informação pública, conhecida, não é uma informação privilegiada e reservada.

É, de resto, essa circunstância que me leva a interrogar o meu antecessor, o Prof. Teixeira dos Santos, concretamente sobre essa realidade. E podemos ambos comparar recordações relativamente a essa matéria,

estando ambos de acordo em que esse tema é levantado por mim na reunião.

E julgo recordar-me que a reação do Prof. Teixeira dos Santos foi a de reconhecer que esse como outros riscos orçamentais e financeiros eram um tema importante e central, um tema que estava tratado no Memorando de Entendimento e um tema que poderia ser discutido com mais detalhe e de forma mais circunstanciada na reunião que se seguiria e na qual a ele, Prof. Teixeira dos Santos, se juntariam os Secretários de Estado que integravam, nessa altura, o Governo do Partido Socialista.

A informação que foi transmitida por escrito e o que, julgo, terá sido o conteúdo da conversa que tivemos na reunião que se seguiu corresponde ao conteúdo da ficha que acompanha o *dossier* relativo ao Programa de Ajustamento e que, relativamente à ficha 3.30 do Memorando de Entendimento, vale a pena ler, porque torna muito fácil perceber qual é o conteúdo da informação que temos em causa.

Diz-se na ficha 3.30 do Memorando de Entendimento (e vou traduzir para não incomodar a Comissão com o texto em inglês) o seguinte: «O relatório anual do setor empresarial do Estado preparado pelo Ministério das Finanças para julho de 2011 incluirá um reporte global e abrangente dos riscos orçamentais, que detalhará todas as responsabilidades (explícitas e implícitas) do setor empresarial do Estado».

Esta ficha 3.30, a seguir, reproduz exatamente o texto correspondente do *Memorandum of Economic and Financial Policies*, que é o texto correspondente preparado pelo *staff* do Fundo Monetário Internacional, refere a data a que se aplica esta obrigação do Memorando, julho de 2011, e refere que existe um despacho de 31 de maio — o Despacho n.º 807/2012, de 31 de maio — que determina os procedimentos que permitirão a redação deste relatório.

De forma resumida, o que a ficha relativa à medida 3.30 inclui é apenas a calendarização da medida. Nesta ficha não existe qualquer informação específica sobre contratos de cobertura de risco financeiro, nem existe qualquer informação concreta sobre a natureza dos riscos que estão associados com estas operações e como, em concreto, eles se poderão materializar.

Consequentemente, o meu melhor entendimento é o de que o valor acrescentado desta troca de informação sobre este assunto em concreto... Em geral, as reuniões de transmissão de pasta com o Prof. Teixeira dos Santos foram extraordinariamente úteis para mim e estou muito reconhecido ao Prof. Teixeira dos Santos por essa disponibilidade de organizar essa transmissão de pastas, tendo sido claramente patente a preocupação do Prof. Teixeira dos Santos com a boa execução do Programa de Ajustamento. Mas isto dito e em concreto sobre a questão destes contratos, devo dizer que o valor acrescentado destes contactos relativamente à informação já publicamente disponível e aquilo que consta, por escrito, na documentação que acompanha o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro foi reduzidíssimo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Dr. Vítor Gaspar, na sequência dessas reuniões, ficou com a noção de que as perdas potenciais associadas aos contratos *swaps* das empresas públicas poderiam ascender a mais de 150 milhões de euros?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.



O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Paulo Sá, não tenho noção se nessas reuniões fiquei ou não com essa noção concreta. A ordem de grandeza que cita é, julgo eu, consistente com o julgamento que na altura se fazia sobre essas operações. Portanto, não tenho possibilidade de documentar em que momento soube o quê.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Dr. Vítor Gaspar, uns dias depois, no dia 28 de junho de 2011, tomou posse a nova Secretária de Estado do Tesouro Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque. Creio que lhe terá delegado a competência para acompanhar o *dossier* dos *swaps* das empresas públicas.

Após a tomada de posse, nos dias que se seguiram, transmitiu à Secretária de Estado do Tesouro a informação recolhida nas reuniões com o anterior Ministro das Finanças Dr. Teixeira dos Santos ou não abordou esta questão?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Paulo Sá, não colocaria a questão dessa maneira, pelo seguinte: o dia 28 de junho, o dia de tomada de posse dos Secretários de Estado, é também o dia em que é publicada toda a documentação relativamente ao Programa de Ajustamento, incluindo o Memorando de Entendimento, o documento de acompanhamento do Fundo Monetário Internacional, a carta de intenções, etc. Portanto, existia uma ampla documentação sobre os passos que era preciso garantir para cumprir o Programa de Ajustamento.

---

A medida 3.30, de que já falámos, implica a necessidade de preparar um relatório sobre o sector empresarial do Estado, com um reporte abrangente sobre os riscos orçamentais do sector empresarial do Estado, entre os quais a questão dos contratos de que estamos a falar nesta Comissão de Inquérito tem um papel de destaque.

A primeira missão de acompanhamento, o primeiro exame regular do Programa de Ajustamento ocorre, se não estou em erro, entre 1 e 12 de agosto. Esta matéria faz naturalmente parte das matérias que têm de ser preparadas para esse exame regular. Claramente que eu e a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, atual titular da pasta do Ministério das Finanças, discutimos certamente essa matéria com profundidade, porque se tratava de uma matéria central para a preparação do primeiro exame regular.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Dr. Vítor Gaspar, portanto, o que afirma é que pelo menos até ao dia 1 de agosto terá discutido estas questões com a Secretária de Estado do Tesouro.

Pedia-lhe se pode precisar em que altura — mais ou menos, porque ainda vai um período longo entre a tomada de posse e o dia 1 de agosto — reuniu com a Secretária de Estado do Tesouro e discutiram as questões dos *swaps*, se nessa reunião, que presumo terão tido, lhe terá transmitido as suas preocupações relativamente a esta matéria e se lhe transmitiu alguma orientação. Pedia-lhe mais detalhe nesta questão. Quando é que abordou pela primeira vez com a Secretária de Estado esta questão e o que é que lhe transmitiu em termos de preocupações e orientações?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Paulo Sá, não tenho condições para afirmar em que data é que essa troca de opiniões e de informação e análise sobre esta temática terá ocorrido. Esperaria que tivesse sido muito perto do início do mandato. E foi claro para mim, desde o início, que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, como profissional experiente nesta matéria, de resto de longa data, estava informada sobre a existência e as características deste tipo de operações.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Dr. Vítor Gaspar, insisto na questão sobre se lhe transmitiu a sua preocupação e se lhe transmitiu alguma orientação concreta relativamente a este *dossier* e à urgência no seu tratamento.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Paulo Sá, não tenho noção de que em julho de 2011 a questão estivesse recenseada como particularmente urgente. Estava certamente recenseada como uma questão importante.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Portanto, podemos depreender das suas palavras que considerava a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque, Secretária de

Estado do Tesouro na altura, uma pessoa bem informada sobre esta problemática e confiou-lhe as ações a seguir no futuro.

Sabemos hoje que a Secretária de Estado do Tesouro, Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque, trocou alguns *emails* com o Diretor-Geral do Tesouro e Finanças sobre *swaps* das empresas públicas e que essa troca de emails começou no dia 29 de junho, isto é, no dia seguinte à tomada de posse da Secretária de Estado, tendo-se prolongado até dia 3 de agosto. Acrescento que não soubemos destes *emails* pela própria Secretária de Estado do Tesouro, que ocultou esta informação à Comissão na audição de 25 de junho mas, sim, pelo ex-Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, que nos deu essa informação aqui.

A pergunta que lhe coloco é se a Secretária de Estado do Tesouro lhe deu conhecimento desta troca de *emails* e, em particular, se o informou que dessa troca de *emails* tinha sido possível apurar que as perdas potenciais poderiam ascender inicialmente a 1500 milhões e depois de uma correção a 1600 milhões de euros.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Não tenho recordação de qualquer informação específica sobre essa matéria. Fui mantido informado e pedi regularmente informação sobre o relatório relativo ao sector empresarial do Estado de que já falámos e que fazia parte do material que tinha de estar pronto para o primeiro exame regular do Programa de Ajustamento.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — O Dr. Vítor Gaspar afirmou logo na sua intervenção inicial que considerava que o valor acrescentado da discussão sobre *swaps* tida com Teixeira dos Santos foi reduzidíssimo. Considera que o material, a informação contida nestes *emails* também poderia ser considerado de valor acrescentado reduzido ou, pelo contrário, estes emails continham informação muito relevante relativamente aos *swaps* das empresas públicas?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Paulo Sá, eu não li essa troca de *emails*.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Mas teve conhecimento na altura, de alguma forma? A Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado transmitiu-lhe o conteúdo dos *emails*, mesmo que de forma genérica, e, em particular, alertando de que as perdas potenciais poderiam ascender a 1600 milhões de euros, um facto de que, segundo afirmou, não teve conhecimento nas reuniões de transição de pasta? Isto ocorreu uma semana depois, era um facto de grande seriedade e com consequências muito graves. Gostaria de saber, por isso, se a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado de alguma forma, oralmente ou por escrito, nos dias a seguir a esta troca de *emails*, o informou desta circunstância e se isto espoletou, da sua parte, alguma reacção.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Paulo Sá, certamente que bem antes da divulgação do relatório sobre o sector empresarial do Estado eu tive essa informação e, portanto, terá sido no intervalo de tempo que o Sr. Deputado está a referir. Não tenho recordação da circunstância concreta em que terei sido informado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Afirma, portanto, que não recebeu cópias dos *emails*, não os leu, não os conhece, mas que até ao início do exame com a troica, a 1 de agosto, terá sido informado das circunstâncias.

Tendo em conta a gravidade da situação, deu alguma orientação à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado? Discutiram o assunto, o que fazer a seguir perante a existência de perdas potenciais d 1600 milhões de euros que se poderiam materializar? Deu alguma orientação? Discutiu com ela? Traçaram algum plano de ação para o período que se seguia?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Paulo Sá, a resposta à questão colocada é a seguinte: existem, como disse de resto na minha apresentação inicial, duas linhas de atuação que são fundamentais. Em primeiro lugar, é necessário alterar o regime institucional, os procedimentos e os modos de atuação de forma a que problemas como os que estamos agora a defrontar e com que nos defrontávamos já em junho, julho e agosto de 2011 não se voltem a repetir. Em segundo lugar, é necessário gerir a situação de forma a minimizar custos financeiros e riscos. Estes dois elementos, estas duas linhas orientadoras da atuação do

Governo estavam, tanto quanto me consigo recordar, absolutamente claras desde o início e correspondiam, de resto, à orientação decorrente do próprio Programa de Ajustamento.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Dr. Vítor Gaspar, não respondeu à minha questão, pelo que vou insistir.

Como Ministro das Finanças, teve conhecimento, até 1 de agosto de 2011, que existiam nas empresas públicas carteiras de *swap* cujas perdas potenciais naquela altura ascendiam a 1600 milhões de euros. Esta é uma questão de que teve conhecimento por informação prestada pela Secretária de Estado do Tesouro. Esta é uma questão que deveria preocupar o Ministro das Finanças na altura ou era um assunto secundário, que poderia ser tratado mais tarde?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Na altura, compreenderá, Sr. Deputado Paulo Sá, estávamos a começar a execução do Programa de Ajustamento. Os riscos financeiros e orçamentais que se enfrentaram nesse período foram muito consideráveis. Nesse contexto, os riscos financeiros e orçamentais associados com estas operações são riscos financeiros e orçamentais de grande importância, que me mereceram atenção imediata mas não tiveram um destaque absolutamente dominante naquele período.

Como sabe, a atuação prática para resolver o problema, depois de feito o ponto da situação, em julho/agosto de 2011, começou de forma

concreta logo em setembro, como de resto foi já reportado a esta Comissão de Inquérito pela Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado Paulo Sá, faça favor.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Então, avançando um pouco, no dia 4 de outubro de 2011, a DGTF apresentou à Secretária de Estado do Tesouro uma proposta de operacionalização do Despacho do anterior Secretário de Estado do Tesouro e Finanças Costa Pina. Em resposta, a Sr. Secretária de Estado do Tesouro informou a DGTF que seria o IGCP a gerir a carteira de *swaps* das empresas públicas.

Pergunto-lhe se teve conhecimento desta decisão ou se partilhou de alguma forma esta decisão de transferir o tratamento da questão dos *swaps* das empresas públicas para o IGCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado, faça-me o obséquo de referenciar exatamente qual é o despacho do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças que está a citar, porque há vários.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Refiro-me ao de 4 de outubro de 2011, com uma proposta de operacionalização do despacho do Secretário de Estado de 9 de junho de 2011



O Sr. Presidente: — 9 de junho é a data do despacho do anterior Secretário de Estado. A proposta a que o Sr. Deputado Paulo Sá se está a referir é de outubro...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — É de 4 de outubro.

O Sr. Presidente: — De 4 de outubro, muito bem. É uma proposta apresentada pela, então, Diretora-Geral do Tesouro e Finanças.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho, novamente, recordação específica do episódio a que se refere. A decisão de centralizar a gestão destes contratos no IGCP faz todo o sentido, por um lado, pela capacidade técnica que o IGCP tem em matéria de gestão de dívida e risco financeiro e, por outro, por razões de centralização da carteira de risco que permite ganhos muito importantes de diversificação.

O papel do IGCP neste processo foi um papel sobre o qual fui informado e sobre o qual naturalmente manifestei a minha concordância.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — O Sr. Dr. Vítor Gaspar sabe certamente que o IGCP não podia, de acordo com os seus estatutos, assumir as posições das empresas públicas, pelo que a decisão da Secretária de Estado do Tesouro, que mereceu a sua concordância, como acabou de afirmar, implicaria um compasso de espera até à alteração dos estatutos do IGCP.

Teve conhecimento desta circunstância? Discutiu com a Secretária de Estado do Tesouro as implicações deste compasso de espera até à

alteração dos estatutos do IGCP? Teve alguma preocupação relativamente à degradação adicional da carteira de *swaps* durante este período de tempo que levaria até à alteração dos estatutos do IGCP?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Tive naturalmente conhecimento de que era necessária a mudança dos estatutos do IGCP. A questão relativa à evolução ao longo do tempo é, em grande parte, anulada pelos efeitos benéficos da diversificação da carteira que a centralização da gestão no IGCP permite.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — O Sr. Dr. Vítor Gaspar sabe com certeza que essa alteração dos estatutos do IGCP ocorreu apenas em agosto de 2012, ou seja, mais de um ano depois da tomada de posse do Governo, e que, nessa altura, e de acordo com o relatório do IGCP que entretanto recebemos, as perdas potenciais já tinham duplicado, já tinham passado de 1600 milhões de euros para 3200 milhões de euros.

Ou seja, esse compasso de espera, que se traduziu na prática em um ano, levou à duplicação das perdas potenciais, que passaram para um valor de 3200 milhões de euros.

Pergunto-lhe: na altura, teve consciência disto? Considera que esta duplicação das perdas potenciais é grave ou desvaloriza essa questão?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Não me parece que a concentração deste debate em perdas potenciais seja particularmente útil. Efetivamente, houve atuação durante este período, que permitiu diminuir, de forma muito significativa, as perdas potenciais por via de negociação — esta é a primeira observação.

Segunda observação: existiam posições simétricas do IGCP, isto é, posições que tinham riscos e efeitos sobre a rendibilidade exatamente simétricos, pelo que estes efeitos se compensavam ao longo do tempo. E, uma vez que essas operações têm ganhos e perdas que se compensam, a concentração nos ganhos e perdas potenciais de um subconjunto de operações conduz a uma avaliação, em meu entender, enviesada dos ganhos e perdas efetivos.

Na realidade, a gestão deste processo por parte do IGCP permitiu, de acordo com a minha melhor avaliação, uma diminuição muito significativa quer de custos de financiamento quer de riscos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Dr. Vítor Gaspar, esse argumento também seria válido para o futuro. Poder-se-ia continuar a aguardar até que as perdas potenciais ficassem num valor de 4800 milhões de euros, sendo compensadas pelos ganhos simétricos do IGCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Paulo Sá, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças já explicou a esta Comissão de Inquérito, uma das circunstâncias mais marcantes para a urgência de resolver estes

contratos tinha a ver com a existência, em alguns contratos, de cláusulas que permitiam o exercício de vencimentos antecipados por parte das entidades financeiras contratantes. Esse risco de exercício dessas cláusulas conferia uma urgência acrescida à resolução destas operações, que foi, de facto, resolvida atempadamente, uma vez que estas cláusulas não constituíram um problema para a gestão destes instrumentos no período relevante.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Dr. Vítor Gaspar, na realidade, o atual Governo herdou do anterior uma situação em que tínhamos carteiras de *swaps* das empresas públicas com perdas potenciais de 1600 milhões de euros. E a inação deste Governo, confirmada hoje pelo Dr. Vítor Gaspar, até agosto de 2012, ou seja, durante mais de um ano, permitiu que essa carteira continuasse a degradar-se e duplicasse o seu valor em termos de perdas potenciais, as quais, diga-se de passagem, parcialmente já se materializaram em perdas reais, tendo o Estado pago, entre março e junho deste ano, 1008 milhões de euros a nove bancos estrangeiros.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Concluo já, Sr. Presidente.

Durante este período, que vai desde a tomada de posse até à altura em que o IGCP assume a gestão da carteira dos *swaps*, passou um ano e houve uma degradação muito grande dessa carteira que levou, depois, à materialização de perdas reais significativas.

---

Podemos, então, concluir das suas palavras que não houve da parte do Governo uma grande preocupação com esta situação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Paulo Sá, não afirmei absolutamente nada do que acaba de dizer.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Afirmou, afirmou!

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Não afirmei, não, Sr. Deputado Paulo Sá.

A atuação do Governo e do IGCP nesta matéria foi constante ao longo do tempo, foi atempada e permitiu conter riscos e custos financeiros de uma forma eficaz.

O Deputado Paulo Sá permitirá que lhe recorde que colocou praticamente a mesma questão à Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças, que lhe respondeu de uma forma circunstanciada, resposta relativamente à qual nada tenho a acrescentar.

O Sr. Presidente: — Vamos, agora, passar à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Vítor Gaspar, também eu agradeço, em nome do Bloco de Esquerda, a sua presença nesta Comissão de Inquérito, nesta manhã.

Quero começar por fazer uma primeira correção à sua declaração inicial: afinal, o Sr. Dr. Vítor Gaspar tinha mesmo coisas a acrescentar em

relação ao depoimento da, então, Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, nesta Comissão, em 25 de junho.

Aliás, o Dr. Vítor Gaspar, ainda no exercício das suas funções de Ministro das Finanças, foi, provavelmente a seguir ao Dr. Teixeira dos Santos, o segundo a colocar em causa as afirmações da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado nesta Comissão, quando disse que, aquando da transição de pastas, nada foi referido. Foi esta a expressão escrita e dita pela, então, Secretária de Estado, nesta Comissão. E foi o Dr. Vítor Gaspar que, enquanto Ministro das Finanças, fez um comunicado em que alertou exatamente para que, aquando da transferência de pastas, a questão dos contratos de derivados foi abordada na reunião que teve com o então Ministro Teixeira dos Santos.

De alguma forma, o Dr. Vítor Gaspar estava consciente deste problema, tanto que colocou a questão na reunião de transição de pastas, e a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque estava consciente deste problema como uma boa profissional que considera que é.

Portanto, da recolha de informação que se vai fazendo a seguir à tomada de posse do Governo, podemos, de alguma forma, dizer que, pelo menos no final do mês de julho, o Governo estaria na posse de toda a informação que estava disponível na DGTF.

No entanto, é sempre estranho que o Dr. Vítor Gaspar nos diga que se lembra da pergunta que fez ao Ministro Teixeira dos Santos mas que não se lembra exatamente da resposta que obteve nessa mesma reunião — esta é uma curiosidade com que aqui ficamos.

Mas o que temos de perceber nesta Comissão de Inquérito são as responsabilidades de diferentes Governos. Portanto, para que fique absolutamente claro, o que gostava de perceber é o seguinte: a responsabilidade de gestão e de acompanhamento direto das

responsabilidades financeiras diretas e indiretas do setor empresarial do Estado estava ou não delegada na então Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a responsabilidade pela função acionista do Estado e, portanto, também pelo reporte da informação relativa ao setor empresarial do Estado e a tutela sobre a Direção-Geral do Tesouro e Finanças nesta matéria estava, naturalmente, delegada na Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças.

Deixe-me, no entanto, procurar corrigir, julgo, uma afirmação que fez, que me parece importante e que é a seguinte: o que é produzido durante julho de 2011 e é, de resto, divulgado imediatamente a seguir, é o relatório relativo ao setor empresarial do Estado, onde a questão dos riscos orçamentais e financeiros associados nomeadamente a estes contratos de gestão de risco financeiro está efetivamente recenseada.

Mas a informação que é necessária para resolver o problema (que é a expressão que, julgo, terá usado) é muito mais profunda e muito mais vasta do que isso. Alguns destes contratos, como certamente esta Comissão de Inquérito já terá tido ocasião de verificar, são de uma grande complexidade e algumas cláusulas — e já referi aqui as cláusulas de vencimento antecipado — têm uma enorme importância na forma como, na prática, estas questões se desenvolvem ao longo do tempo.

Essa informação mais completa e detalhada só muito mais tarde virá a estar disponível.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): — Lamento, Dr. Vítor Gaspar, mas não é bem assim. Tivemos acesso a um conjunto de *emails*, trocados pela então Secretária de Estado e o então Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, que faz uma listagem de diferentes contratos de *swap* que existem no setor empresarial do Estado e devo dizer-lhe — e esta Comissão teve acesso ao relatório elaborado pelo IGCP e pela boutique financeira StormHarbour sobre os contratos *swap* — que esta listagem que é dada pela DGTF à então Secretária de Estado é muito mais detalhada sobre o conteúdo específico, ou seja, indexantes, pagamentos, do setor empresarial do Estado do que é o relatório que nos foi fornecido pelo IGCP e pela boutique financeira StormHarbour.

Portanto, poderíamos dizer — e este *email* data de 19 de julho — que, de uma forma geral, tínhamos aqui um panorama relativamente detalhado e descritivo sobre estes contratos no setor empresarial do Estado na posse da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado no dia 19 de julho.

O que gostaria de saber é quando é que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado propôs ao então Ministro Vítor Gaspar uma orientação em relação ao tratamento desta matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago, como já tive ocasião de dizer, a proposta de atuação nessa matéria foi sucessiva à produção do relatório sobre o setor empresarial do Estado e houve passos concretos e documentados que foram tomados com base nessas orientações já em setembro de 2011.

---



Volto a dizer que um inventário de contratos não é informação suficiente que permita equacionar e resolver o problema dos custos de financiamento e riscos financeiros associados com estas operações.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): — Diz-nos, então, que houve passos concretos na sequência da informação dada pela DGTF no boletim de acompanhamento do setor empresarial do Estado.

E disse-nos também nesta Comissão que, face a esta matéria, foram definidas duas orientações: primeiro, era necessário fazer uma alteração ao enquadramento legal para que esta situação não se viesse a repetir e, em segundo lugar, era necessário gerir para minimizar.

Gostava de lhe perguntar se hoje, dia 30 de julho de 2013, portanto, dois anos passados, a alteração ao enquadramento legal do setor empresarial do Estado já foi realizada.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago, também já respondi a essa questão. Existe uma autorização legislativa prevista na Lei n.º 18/2013, de 18 de fevereiro, que para ser concretizada exige a aprovação de um decreto-lei autorizado pela própria lei. Essa aprovação está iminente, devendo ocorrer nos próximos dias.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): - Fica, então, claro que o Ministro das Finanças – que logo em 2011, muito rapidamente, resolveu estabelecer um imposto sobre o subsídio de Natal dos portugueses e anunciou dois anos de suspensão dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos em nome do emagrecimento da despesa pública, das gorduras do Estado – tinha conhecimento, em julho de 2011, dos encargos financeiros nos contratos *swaps*, mas hoje, em 30 de julho de 2013, ainda será possível ao setor empresarial do Estado, eventualmente, contratar *swaps*, porque essa alteração no seu enquadramento legal ainda não foi feita.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Repare que, na prática, não é assim, porque, por exemplo, no que diz respeito à situação no último trimestre de 2011, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças apresenta uma proposta de operacionalização do despacho do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças de 9 de junho e este passo formal acaba por ter uma aplicação muito limitada visto que, em concreto, não aparece nenhuma proposta de novas operações a realizar. Portanto, essa questão, neste momento, não se coloca.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): - O Sr. Doutor está a tentar fugir à resposta! Lamento, mas está!... Está a dizer que não houve proposta de *swaps* porque não tem havido recurso a financiamento por parte do setor empresarial do Estado, mas o que me está a dizer é que, na prática, em

termos de enquadramento legal, ainda é possível fazer um contrato *swap*, dois anos depois.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago, estou em condições de a esclarecer que tem havido financiamento do setor empresarial do Estado, naturalmente. É uma afirmação verdadeiramente extraordinária a que a Sr.<sup>a</sup> Deputada acaba de fazer!

Em qualquer caso, sobre a questão concreta que coloca, é, naturalmente, possível controlar este tipo de contratações, sendo, no entanto, importante que as regras e procedimentos a seguir em condições normais sejam devidamente normalizados. E esse processo será completo quando estiver aprovado o decreto-lei autorizado que acabei de referir.

Na realidade, a situação é que, durante este período, nenhuma destas empresas fez propostas de celebração de novos contratos com estas características.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): - Sr. Presidente, Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem razão, a minha afirmação foi absolutamente enganosa, mas a sua é muito mais. Porque aquilo que nos está a dizer é que, com o sentido de urgência que o Governo, quando olhou para os *swaps*, percebeu que existia demorou dois anos a fazer o enquadramento legal. E no momento em que funciona esta Comissão de Inquérito essa alteração ao enquadramento do setor empresarial do Estado ainda não está feita.

---

Mas passemos ao seu segundo argumento, ou seja, que era necessário gerir para minimizar os encargos que daqui pudessem resultar para o erário público.

Não consigo compreender, na sua argumentação, como é que existe este sentido de urgência, mas verdadeiramente a alteração aos estatutos do IGCP para fazer a apreciação dos contratos *swaps* só acontece um ano depois, a 27 de agosto de 2012, e a negociação com os bancos só começa no final de 2012.

Diz-nos o Sr. Doutor que havia a perceção da urgência desta situação por causa das cláusulas de vencimento antecipado, as quais foram, aliás, comunicadas pelo banco ao Governo. A diferença é incompreensível, porque estas cláusulas existiam em julho de 2011 como existiam no final de 2012. Quando exatamente se fez sentir esta urgência em fechar o mais rapidamente os contratos *swaps* que existiam, sem levar nenhum destes contratos a tribunal?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Sr.<sup>a</sup> Deputada, fez um conjunto muito tenso de perguntas e considerações.

Centrando-me na sua questão principal, a urgência verificou-se desde o primeiro momento, e, desde o momento da tomada de posse, o Governo tem trabalhado intensamente nesta matéria e tem dado instruções aos serviços para que atuem nesta matéria. Não existe aqui nenhum momento de pausa, não existe aqui nenhum momento de espera, a questão está permanentemente a ser gerida, está permanentemente a ser tratada. Passados dois anos, o resultado é que os custos de financiamento foram contidos e os riscos foram muito significativamente diminuídos.

Quanto à questão sobre o processo legislativo para alterar os procedimentos e as regras, de forma a evitar, de um modo inteiramente normal e institucionalizado, a repetição de situações como aquela que defrontámos, e defrontamos, esse processo está prestes a ser completo; e estará completo antes de esta Comissão de Inquérito ter encerrado os seus trabalhos. Portanto, esse ciclo legislativo, se assim o entender a Comissão de Inquérito, poderá ser refletido no seu relatório.

O Sr. Presidente: - Faça o favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): - Sr. Dr. Vítor Gaspar, em 18 de julho de 2011, a então Secretária de Estado diz à DGTF que esta não deve assumir nenhum compromisso com os bancos no que toca quer ao seu financiamento e às suas dívidas quer em relação aos contratos de *swap*, e deu-nos aqui a perceber que o seu entendimento era o de que o ICGP deveria cuidar desta matéria.

O então presidente do IGCP disse-nos que, até ao final do seu mandato, até março de 2012, o IGCP não recebeu qualquer instrução da então Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado. Portanto, a então Secretária de Estado diz à DGTF para nada fazer, nada diz em relação ao IGCP. Gostava que me explicasse, enquanto superior hierárquico, o que é que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado esteve a fazer durante todo este tempo.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago, no meu entendimento, o papel central do IGCP é definido logo em setembro de

2011. Essa questão, naturalmente, terá de ser esclarecida pela própria Ministra de Estado e das Finanças.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): - Sr. Doutor, então, percebemos agora que o Governo, assim que tomou posse, ou pelo menos num mês, teve consciência dos encargos financeiros que podiam existir com estes contratos de *swap* no setor empresarial do Estado; percebemos que a estratégia que escolheu foi a de «empurrar com a barriga» e, portanto, durante um ano praticamente nada fez; entendeu que a DGTF não deveria gerir este processo, recusou a proposta de operacionalização que veio da DGTF e disse-lhe para nada fazer.

Em relação ao IGCP nada disse, nenhuma orientação deu, até que fosse mudado o seu presidente, e é isso que nos coloca um problema. É que, aparentemente, a ex-Secretária de Estado esperou até ter à frente do IGCP alguém em quem confiasse para, finalmente, começar a tratar da avaliação dos contratos de *swap* feitos no setor empresarial do Estado.

Sabemos agora que o enquadramento legal para que se possa prevenir estas situações para o futuro, hoje, a 30 de julho, ainda não está terminado, e sabemos que a então Secretária de Estado de bom grado pagou 1000 milhões de euros aos bancos em relação a estes contratos.

Há uma última questão que queria colocar-lhe, porque ainda cabe no seu tempo de mandato político: fazendo as contas entre aquilo que foi fechado nos contratos *swaps* do IGCP e aquilo que foi pago à banca, poderia o Sr. Dr. Vítor Gaspar subscrever a frase «isto não custou nada aos contribuintes»?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago, a forma como eu colocaria a questão, para evitar a utilização de expressões menos exatas, era saber qual o impacto sobre o défice orçamental e qual o impacto sobre a dívida pública. E, para as operações que se verificam dentro do perímetro das administrações públicas, a forma como foi organizado este conjunto de operações significa que as operações, em grande medida, se compensam, exatamente de acordo com o princípio de diversificação que já tive ocasião de explicar.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a mesa.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - Sr. Presidente, nas duas inquirições anteriores, o depoente, o Sr. Dr. Vítor Gaspar, por diversas vezes recusou responder remetendo para respostas da então Secretária de Estado do Tesouro, atual Ministra das Finanças, quer remetendo para as declarações que ela prestou no dia 25 de junho quer dizendo-nos para colocarmos essas perguntas à própria Ministra das Finanças.

Ora, o meu entendimento do funcionamento da Comissão de Inquérito é que os depoentes não podem remeter para outras pessoas; devem responder com o conhecimento dos factos que têm, mesmo que isso implique a repetição de depoimentos prestados anteriormente por outras pessoas.

---

Portanto, quando são colocadas perguntas sobre determinados processos, o Sr. Dr. Vítor Gaspar deve responder integralmente a essas perguntas de acordo com aquilo que sabe, e não, de modo algum, remeter para informações anteriormente prestadas pela ex-Secretária de Estado ou para audições futuras com a mesma. Na pior das hipóteses, poderá simplesmente dizer que não sabe responder, que não tem conhecimento, e nesse caso não dá resposta nenhuma. Mas se tiver conhecimento deve dar todas essas informações, mesmo repetindo aquilo que já foi dito noutras audições por outras pessoas.

É este o entendimento que tenho do funcionamento da Comissão. Por isso, pergunto-lhe, Sr. Presidente, se partilha, ou não, deste entendimento e o que devemos fazer nas rondas seguintes quanto a esta questão de remissão, não diria sistemática mas quase, para declarações anteriores da ex-Secretária de Estado do Tesouro, atual Ministra das Finanças.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado Paulo Sá, essa sua longa interpelação à mesa apenas me permite o comentário de que estou certo de que o Sr. Dr. Vítor Gaspar responderá nos termos em que sabe e quando remete para outras declarações é por não estar ciente das respostas que outros deram e que ele julga poderem ter sido dadas em melhores condições.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar ouviu também o sentido da interpelação do Sr. Deputado Paulo Sá e, certamente, levá-la-á em consideração.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): - Sr. Presidente, antes de mais, quero saudar o Sr. Dr. Vítor Gaspar e os Srs. Deputados.

---



Sr. Dr. Vítor Gaspar, já se referiu aqui à pasta de transição, ou pasta de transmissão da informação, matéria que foi, aliás, vastamente abordada quando esteve entre nós o Prof. Teixeira dos Santos. Havia um documento que era uma verdadeira «joia da coroa», para não dizer uma «coroa de glória», desta pasta de transição – uma ficha. Ora, olhando para esta ficha, e depois daquilo que o senhor aqui referiu, pergunto-lhe: que valor tem, para si, esta ficha?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Sr. Deputado Adão Silva, o que temos nesta ficha – já o descrevi, mas volto a fazê-lo - é a referência a uma obrigação de reporte, o relatório do setor empresarial do Estado, de acordo com o ponto 3.30 do Memorando de Entendimento, que é bem conhecido em junho de 2011.

Para além da informação que explicitamente consta do Memorando de Entendimento, o que a ficha diz é que existe um despacho, o Despacho n.º 807/2011, de 31 de maio, que determina à DGTF que, até 20 de junho, assegure ter recebido a informação necessária das empresas e que, até 15 de julho, apresente uma proposta de relatório. Finalmente, é também especificado que o relatório do setor empresarial do Estado, que já era preparado, habitualmente, pela DGTF, irá incluir um capítulo específico, dedicado à quantificação das responsabilidades explícitas e implícitas das empresas públicas.

Portanto, na minha forma de sumariar esta ficha, a ficha recorda uma obrigação do Memorando de Entendimento e mostra que o Governo, o Ministério das Finanças gerido pelo Professor Teixeira dos Santos, lançou

os procedimentos necessários ao cumprimento desta obrigação do Memorando.

Naturalmente, toda esta informação, com a exceção dos detalhes específicos da organização dos trabalhos dentro do Ministério das Finanças, era do conhecimento público, à altura de junho de 2011, pelo que, como disse já, o valor acrescentado desta ficha é reduzidíssimo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Adão Silva, faça favor.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Considerando a relevância desta matéria dos *swaps*, considerando o valor que se perspectivava já, em perda, a minha primeira pergunta é se não devia ter sido entregue ao ministro que chegava um *dossier* detalhado sobre esta matéria?

Já vimos que não havia *dossier*, e a minha segunda pergunta é por que é que não havia esse *dossier*, que circunscrevesse, detalhasse, quantificasse uma matéria com esta delicadeza e que implica todos os portugueses?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Repare, Sr. Deputado Adão Silva, que a preocupação com os riscos orçamentais e financeiros associados com estas operações é precisamente aquilo que motivou a minha pergunta na reunião com o Professor Teixeira dos Santos. Naturalmente, eu estava com o maior interesse em conhecer a situação em detalhe e de acordo com os aspetos específicos que a complexidade da questão exigia para ser possível equacionar um conjunto de opções políticas.

---

A informação necessária para equacionar a questão nesses termos, que apenas pôde ser disponibilizada já muitos meses depois dessa reunião, exigiu um esforço muito substancial de recolha e sistematização de informação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Adão Silva, faça favor.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Portanto, Dr. Vítor Gaspar, se esta ficha, que era o único documento que aparecia na pasta, era de valor reduzidíssimo, não podemos dizer que, quando a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro e Finanças compareceu nesta Comissão, em 25 de junho, e disse que não conhecia esta matéria da questão da pasta, que não existia esta informação, ela não estava a mentir?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, faça favor.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Adão Silva, parece-me objetivo que a questão relativa aos riscos orçamentais e financeiros com contratos de cobertura de risco financeiro por parte das empresas públicas não constava como tópico autónomo em qualquer das pastas de transição, sendo que, repito, a formulação da medida 3.30 do Memorando de Entendimento fala de detalhar todos os riscos orçamentais e financeiros, explícitos e implícitos, do setor empresarial do Estado. Ao usar a expressão «todos» fica absolutamente claro que se trata de uma referência genérica e não específica a esta questão concreta.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Adão Silva, faça favor.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Dr. Vítor Gaspar, penso que as suas palavras são muito clarificadoras. Uma matéria da gravidade como tem esta que estamos a tratar foi transmitida entre os Governos através de uma ficha muito vaga, para não dizer até bastante hermética, não tinha subjacente nenhum *dossier* de avaliação nem um dossier que convalidasse uma operacionalização da solução do problema. Portanto, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, que recebeu também esta incumbência e esta responsabilidade, não tinha, em boa verdade, informação prática e operacional para começar a resolver o problema.

Deixe-me focar num outro tempo, antes de o senhor ter chegado, para lhe pedir uma avaliação sobre como é se chegou aqui, como e que o Governo anterior deixou que se chegasse a esta situação de perdas potenciais de 1600 milhões de euros em *swaps*. Como é que o senhor avalia este comportamento do anterior Governo, as relações com as empresas públicas e, já agora, se me permite, indo ao encontro daquilo que é uma afirmação do Professor Luís Campos e Cunha, anterior Ministério das Finanças do Governo de José Sócrates, que disse que em 2009 e 2010 a política orçamental foi absolutamente suicidária e irresponsável?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Adão Silva, deixe-me corrigir uma afirmação que fez: julgo que esta ficha que referiu, a ficha que tenho vindo a citar, é absolutamente cristalina, não tem absolutamente nada que seja opaco.

Basicamente, o que esta ficha diz é que é preciso preparar um relatório, o relatório incluirá um capítulo de quantificação de riscos,

explícitos e implícitos, e este processo está em andamento de forma a que este calendário seja cumprido. É o que diz a ficha.

Isto, de facto, é extraordinariamente claro, não há aqui ambiguidade absolutamente nenhuma. Esta ficha é uma ficha muito útil. Repare, temos dezenas de medidas no Programa de Ajustamento que precisamos de monitorizar. Ter este tipo de fichas permite sistematizar o trabalho de uma forma que poupou muito tempo à nova equipa, e estamos, de facto, muito gratos ao Professor Teixeira dos Santos por ter tido o escrúpulo e o cuidado de fazer este trabalho, que é, de facto, um trabalho profissionalmente muito bem feito.

Não é essa a questão que estamos aqui a ver. O que estamos a ver é se esta ficha tem alguma informação ou indicação específica sobre este tipo de contratos, e essa resposta é que não. O relatório referido na ficha tem, e permite...

*Protestos do PS.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Dr. Vítor Gaspar está no uso da palavra.

Peço desculpa pela interrupção, Sr. Doutor, queira prosseguir.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — ... e permite, efetivamente, desencadear este processo, coisa que foi feita, naturalmente, de imediato, pela equipa das finanças que tinha entrado em funções há pouco tempo.

Mas, Sr. Deputado, a questão central que colocou é, para mim, muito mais importante do que esta. Esta questão é uma questão mais episódica, é uma questão mais da pequena história dos episódios que ocorrem. A

questão que coloca, acerca de como é que foi possível chegar aqui, é a questão fundamental.

Procurei — e, naturalmente, não consegui —, na minha apresentação inicial, apresentar o contexto que me parece relevante. Se me permite, Sr. Deputado Adão Silva, repito a leitura do parágrafo relevante. Disse na minha apresentação: «Esta assunção de custos e riscos futuros, por contrapartida de ganhos imediatos, constituiu um padrão de comportamento, em Portugal, pelo menos nos últimos 15 anos. As consequências deste pacto faustiano foram particularmente gravosas durante a gestão do último Governo». E, depois, falo da acumulação da dívida pública, das administrações públicas e da dívida do setor empresarial do Estado.

O Sr. Prof. Luís Campos e Cunha expressou a opinião de que, em 2009 e em 2010, a política orçamental foi particularmente desadequada, dado que, em 2009 e 2010, a gravidade dos riscos orçamentais e financeiros era já muito grande e, portanto, uma prudência acrescida era justificada. Se é esta a intenção da expressão do Professor Luís Campos e Cunha, estou inteiramente de acordo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Adão Silva, faça favor.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Dr. Vítor Gaspar, deixe-me só voltar à questão inicial. Quando usei o adjetivo hermético, não é contraditório com aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> aqui explicou, porque quando se usa uma ficha como sendo um documento cheio de potencialidades, de capacidades, mais ou menos, uma espécie de um documento cheio de informação, capaz de resolver o problema, e, depois, se chega à conclusão (com as suas palavras, é indesmentível) de que esta ficha não tinha nada, para mim resulta um

pouco hermético que se prometa tudo sobre um documento que, depois, não tem lá nada! Eu não consigo, realmente, classificá-lo de outra maneira.

Mas deixe-me agora voltar atrás, para contextualizar o que foi a relação entre o Governo, os conselhos de administração das empresas públicas e a contratação de *swaps*.

O Sr. Doutor já aqui falou, algumas vezes, do tal «pacto faustiano» e a minha pergunta é: quem era o Mefistófeles da história? Eram os conselhos de administração das empresas públicas? Era o ex-Ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos? Ou era o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Costa Pina? Ou era um Mefistófeles triplo?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, faça favor.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Adão Silva, não pensei de todo na forma de atribuir personagens a esse pacto faustiano. A minha intenção foi apenas a de chamar a atenção para um padrão de comportamento sistemático em que, quando era possível diminuir custos no imediato, houve episódios em que os custos e os riscos futuros foram minimizados, embora, como é o caso dos contratos que estamos agora a analisar, esses custos e riscos fossem muito consideráveis.

Simplesmente, o facto de serem pagos amanhã, de serem pagos mais tarde, serviu de argumento suficiente para a desvalorização desses custos que oneram os contribuintes e penalizam as gerações futuras.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Adão Silva, faça favor.

---

O Sr. Adão Silva (PSD): — Deixe-me voltar a esta questão da relação entre a tutela política e os conselhos de administração das empresas, porque, no meu ponto de vista, é aqui que nasce o problema.

Ouvimos responsáveis governamentais do anterior Governo referir que os conselhos de administração eram autónomos e não podia haver uma atitude de *Big Brother* do Governo sobre os conselhos de administração dessas empresas.

A minha pergunta é a seguinte: concorda ou não com esta atitude e estas afirmações de membros do Governo anterior sobre os conselhos de administração dessas empresas, no sentido de que o Governo não deveria ter uma atitude de *Big Brother* em matéria de *swaps*, nem noutras matérias, mas neste caso em relação a *swaps*, sobre aquilo que eram determinações e propostas dos conselhos de administração das empresas públicas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Adão Silva, a minha leitura do ordenamento jurídico nacional e europeu e a minha leitura sobre as responsabilidades políticas atribuí sempre ao Governo a responsabilidade de ter as regras e os mecanismos de controlo apropriados à minimização dos riscos financeiros e potenciais ónus para os contribuintes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Quer dizer, então, que se tivesse havido mecanismos de controlo adequados na altura não teríamos tido esses danos para os contribuintes?



O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Adão Silva, é absolutamente claro da imposição pelo Memorando de Entendimento de um *report* sistemático sobre todas as responsabilidades explícitas e implícitas que os nossos parceiros internacionais estavam fundamentalmente descontentes sobre a qualidade dos mecanismos de controlo e sobre a informação disponível nessa matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Portanto, já percebemos que o Governo anterior não acompanhou, não controlou, não fiscalizou, esta questão, e as suas palavras foram muito elucidativas em relação a essa matéria.

Deixe-me voltar ao momento da transição do poder para depois seguir um pouco mais à frente, mas para já com duas perguntas: acho um bocadinho estranho que, numa matéria com esta gravidade, tenha sido o Sr. Dr. Vítor Gaspar a fazer a pergunta ao anterior Ministro de Estado e das Finanças sobre como é que está a questão dos *swaps*, nomeadamente sobre ter ouvido falar da situação da Metro do Porto. Foi exatamente assim? A questão desenvolveu-se exatamente assim? Foi o senhor que colocou essa pergunta e não foi o anterior Ministro das Finanças que começou por abordar esta matéria?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Adão Silva, a questão foi, de facto, levantada por mim na conversa com o Prof. Teixeira dos Santos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Mas, insisto, não acha estranho que matéria desta gravidade tenha sido o Ministro das Finanças que chega a colocá-la em pergunta e não tenha sido o Ministro das Finanças que sai a dar um *report* sobre esta matéria?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Não, Sr. Deputado Adão Silva. Como tive ocasião de afirmar já, a preocupação com a recensão dos riscos orçamentais e a preocupação com a necessidade de ter um diagnóstico tão completo quanto possível da situação real das finanças públicas em Portugal era uma preocupação que antecedeu muito substancialmente a transição do Governo e, por exemplo, o Sr. Eduardo Catroga tem falado repetidas vezes sobre essa questão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sendo assim, vamos então passar um pouco mais à frente.

Só para ficar registado, gostaria de lhe perguntar o seguinte: a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque esteve nessas reuniões de transição de pastas entre o Dr. Vítor Gaspar e os anteriores membros do Governo?

A segunda pergunta é por uma questão de curiosidade, mas é também importante: os senhores já se conheciam pessoalmente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Não, Sr. Deputado Adão Silva. Estas foram reuniões onde estive inicialmente completamente sozinho. No primeiro conjunto de duas reuniões, uma com o Prof. Teixeira dos Santos e outra com o Prof. Teixeira dos Santos e os Secretários de Estados, eu estava sozinho. Julgo que apenas conheci a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque já depois da minha tomada de posse como Ministro das Finanças.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Suponho que será a minha última pergunta, pelo que queria deixá-la da seguinte maneira: todos percebemos que a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque sabia o que era um *swap* e conhecia muito bem estas matérias. Ela, aliás, tinha sido diretora financeira de uma empresa que também contratava *swaps*, vimos até que contratou *swaps* com ganhos, teve também ligações e responsabilidades de gestão a nível do IGCP e, portanto, não se pode dizer que ela desconhecasse o que era um *swap*.

Mas a questão não é esta, a questão é saber se a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque recebeu informação necessária, consolidada, detalhada, para começar imediatamente a trabalhar o problema e pôr cobro a esta situação ou se foi necessário continuar a fazer investigação, continuar a juntar informação para um conhecimento adequado da situação por molde a ultrapassar a situação criada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado Adão Silva, em primeiro lugar é absolutamente claro que a questão, como questão importante e potencialmente de grande relevância, está identificada previamente à própria tomada de posse do Governo.

Essa informação existia no domínio público, não era informação privilegiada ou reservada de maneira nenhuma e, portanto, claramente, havia uma questão que deveria ocupar o novo Governo.

O segundo aspeto é que, para resolver essa questão, foi preciso fazer um grande esforço de recolha, sistematização da informação e análise económica, financeira e jurídica, que, naturalmente, envolveu um trabalho bastante profundo e muito exigente, que, em meu entender, a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque geriu de forma exemplar.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

Peço ao senhor da câmara de televisão, que está aqui ao lado, o favor de se deslocar para o fundo da sala. É preciso também ter contenção e permitir que os trabalhos funcionem com toda a normalidade. E já agora que os apontamentos pessoais de cada um não sejam devassados por imagens.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

Em primeiro lugar, em resposta a algumas considerações feitas pelo Deputado do PSD sobre a questão da ficha, queria dizer que o Partido Socialista entende que esta ficha é da maior importância, porque ela constitui uma prova documental de que foi dita uma mentira pela atual Ministra de Estado e das Finanças, nesta Comissão de Inquérito

### *Protestos do PSD.*

A Ministra de Estado e das Finanças disse que «não foi referido na transição de pastas». Não disse que a ficha era importantíssima para resolver o que quer que seja, não qualificou a ficha, disse, pura e simplesmente, que não foi referido.

Portanto, a importância desta ficha é exatamente esta. É uma prova documental que reconfirma que a Ministra de Estado e das Finanças, sobre a reunião da transição de pastas, mentiu.

O assunto foi referido e, Sr. Dr. Vítor Gaspar, a pergunta que lhe faço é como é que é possível ter sustentado isto durante este tempo, tentando passar a ideia para a opinião pública de que, de facto, nada tinha sido referido pelo anterior governo, insinuando que havia aqui um padrão de comportamento que configurava uma ocultação de informação?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Com algum vagar e com um pedido de indulgência ao Sr. Deputado João Galamba, deixe-me ser sistemático: o padrão de comportamento de que falei é um padrão de comportamento em que são assumidos compromissos que permitem, porventura por via contratual, a diminuição de custos no imediato, permitem, no caso de empresas públicas, melhorar de forma imediata as contas das empresas, por contrapartida com a assunção de custos e riscos financeiros muito substanciais.

Esse padrão de comportamento esteve também associado a práticas de falta de transparência, de ausência de informação sistemática e

analiticamente organizada que permitissem avaliar de forma económica e financeiramente exata a verdadeira situação. É disso que estamos a falar.

A ficha de que falou, que traduz a medida 3.30 do Programa de Ajustamento, impõe precisamente obrigações de *report* adicionais relativamente ao que eram as práticas habituais por parte das autoridades portuguesas, reconhecendo, portanto, parcialmente, ou documentando parcialmente, o padrão de comportamento de que estive aqui a falar. E julgo que me ficarei por esta questão, que foi a questão que adiantou explicitamente.

Naturalmente, parecem-me completamente infundadas as afirmações que fez no início, mas não creio que tenha havido qualquer questão a que seja preciso responder nessas considerações iniciais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Lamento discordar, Dr. Vítor Gaspar, mas é.

Faço-lhe a pergunta de outra maneira: a atual Ministra das Finanças disse que «nada foi referido». Ora, à luz das considerações que aqui fez e desta ficha, estamos ou não perante uma afirmação que não corresponde à verdade?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado João Galamba, a única interpretação que me parece razoável das afirmações da Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças é que nada lhe foi referido na pasta de transição. E essa afirmação corresponde exatamente à verdade, tal como foi reportado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Dr. Vítor Gaspar, a atual ministra disse: «na transição de pastas nada foi referido». E disse também que se tivesse tido conhecimento do problema mais cedo teria atuado mais cedo. Ora, o Dr. Vítor Gaspar disse aqui que a atual Ministra das Finanças tinha pleno conhecimento desta matéria.

Mas sabemos mais: sabemos que na sua reunião com Teixeira dos Santos este tema foi discutido e foi apresentada uma ficha que incluía os procedimentos que estavam em curso, e sabemos que no dia 29, no dia a seguir à tomada de posse às 11 da manhã, a Ministra, por solicitação sua, entrou em contato com o Diretor-Geral do Tesouro e Finanças para lhe pedir informação. Essa informação foi prestada e foi também dito que estava em curso um conjunto de iniciativas que culminaria na produção de um relatório.

Assim, parece-me que temos aqui dados suficientes para concluir duas coisas: é falso que não referido e não é correto que a Ministra das Finanças tenha dito que se tivesse sido informada mais cedo teria agido mais cedo.

Foi informada, tinha informação bastante detalhada, aliás, o ficheiro de *Excel* mostrado aqui pela Deputada Ana Drago demonstra que entre o relatório produzido em janeiro de 2013 e o ficheiro entregue, repito, à data de 15 de julho de 2011, a diferença na qualidade e no detalhe da informação não é significativa, antes pelo contrário. Isto é, a que consta do ficheiro *Excel* entregue à Ministra das Finanças no dia 15 de julho é mais detalhada.

---

Portanto, Sr. Dr. Vítor Gaspar, volto a perguntar: com esta informação toda, com a troca de *emails* entre Maria Luís Albuquerque e o Diretor-Geral de Finanças, com a reunião tida entre o Dr. Vítor Gaspar e o Dr. Teixeira dos Santos, com os sucessivos *emails* entre o final do mês de junho e o mês de julho, é ou não falso que Maria Luís Albuquerque não estava informada e não tinha informação?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Deputado João Galamba, informação é uma das palavras mais perigosas que se pode usar. Informação sobre o quê? Qual informação? Qual o conteúdo concreto?

Não há qualquer espécie de dúvidas, e seria ridículo argumentar o contrário, que alguém que, como dirigente de uma empresa pública, contratou produtos derivados que tiveram bom resultado na contenção de custos de financiamento e riscos desconhecia a questão na sua generalidade. Não só não desconhecia como a conhecia bem e é uma pessoa que pode ser considerada perita nesta matéria.

Portanto, colocar uma questão sobre conhecimento genérico da matéria é simplesmente ridículo. Não faz o menor sentido! O conhecimento genérico era, naturalmente, de grande qualidade, havendo, inclusive, conhecimento específico de aspetos do problema.

É também verdade que o relatório preparado pela DGTF sobre o setor empresarial do Estado continha informação e uma listagem deste tipo de operações e essa informação é útil, é uma informação importante e é uma informação que constitui um passo neste processo. Não é, no entanto, a informação concreta e quantificada de riscos económicos e financeiros e de aspetos jurídicos que permitem o equacionar das opções de política e é,



portanto, neste ponto questão que se coloca a questão do calendário, isto é, se essa informação específica – económica, financeira e jurídica – existisse de forma sistemática no momento de tomada de posse do novo Governo teria sido naturalmente possível atuar mais rapidamente.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): - Sr. Dr. Vítor Gaspar, concordo consigo quando diz que é uma afirmação ridícula, no entanto, foi a história que Maria Luís Albuquerque – e, já agora, o próprio Dr. Vítor Gaspar, com a sua colaboração passiva nesta matéria – tentou vender à opinião pública. No dia 25, Maria Luís Albuquerque diz aqui que «não foi referido na pasta de transição» e o seu comunicado de esclarecimento em que transforma o «não foi referido» para «a afirmação não era adequada» – o que já é uma alteração face às afirmações iniciais – foi feito após a declaração de Teixeira dos Santos.

Mas gostava de voltar à carta enviada pelo seu chefe de gabinete, porque ela também não é fiel e não representa os factos. No documento entregue no dia 1 de julho de 2013, o seu Chefe de Gabinete, Pedro Machado, refere apenas a existência do despacho de 9 de junho de 2011. Ora, há um despacho de 31 de maio de 2011, que não é referido aqui, e que é, de facto, aquele que dá orientações para recolha de toda esta informação e que vai culminar no ficheiro de *Excel* que foi entregue no dia 15 de julho à atual Ministra das Finanças.

Portanto, mesmo o seu esclarecimento não corresponde à verdade, porque omite uma iniciativa fundamental do anterior Governo, com a data de 31 de maio de 2011, que dá essas instruções de recolha de informação e que resulta no tal ficheiro que é tão ou mais detalhado que o relatório que

este Governo encomendou por 500 000 €, mais de ano e meio depois, e que só veio a ser produzido em janeiro de 2013.

Outro conjunto de questões que gostaria de colocar, para além de saber se a Ministra estava ou não informada, visam perceber se a afirmação do «começámos a trabalhar nisto desde o primeiro dia» e «começámos a trabalhar do zero» corresponde à verdade, sendo que, com a informação que temos hoje aqui, Dr. Vítor Gaspar, também não corresponde à verdade.

Portanto, para além de não ser verdade que nada foi referido – foi! – também não é verdade que este Governo começou a trabalhar desde o primeiro dia e começou a trabalhar do zero.

Aliás, se aconteceu alguma coisa foi exatamente o contrário, ou seja, o que a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque fez foi bloquear e parar o processo que estava em curso, e há provas disto, uma vez que no dia 18 de julho de 2011 Maria Luís Albuquerque diz a Pedro Felício para parar e não negociar com os bancos, que a própria Maria Luís Albuquerque irá tratar desta matéria.

Podia aqui inferir-se que não o fez por se tratar de um diretor-geral de finanças que vinha do anterior Governo e, portanto, Maria Luís Albuquerque aguardava por um novo diretor-geral do tesouro e finanças, que ela própria nomearia. Isso aconteceu, Elsa Roncon, foi nomeada por Maria Luís Albuquerque, mas, curiosamente, em outubro de 2011, Elsa Roncon contactou Maria Luís Albuquerque para dar cumprimento ao despacho de Costa Pina, que mandatava a IGF, a DGTF e o IGCP com aconselhamento técnico da Caixa Geral de Depósitos para tratar deste *dossier* de swap, e o que é que disse Maria Luís Albuquerque? Mandou Elsa Roncon, nomeada por ela, parar este processo.

---

Portanto, ao diretor-geral de finanças original foi-lhe dito para parar, à nova diretora-geral de finanças foi-lhe dito para não dar cumprimento ao despacho e foi-lhe dito que isto iria ser centralizado no IGCP.

Sabemos hoje também, por declarações de Alberto Soares, à altura presidente do IGCP, que ele não recebeu qualquer instrução até março de 2012, ou seja, entre junho de 2011 e março de 2012, se a atual Ministra de Estado e das Finanças tomou alguma iniciativa não foi com a colaboração nem da IGF, nem da DGTF, nem do IGCP.

Portanto, a pergunta que lhe faço, Dr. Vítor Gaspar, é a seguinte: se nenhuma destas entidades, que eram as que estavam mandatas para tratar desta matéria, agiu ou recebeu qualquer tipo de instruções, com quem trabalhou Maria Luís Albuquerque e o que fez a Secretária de Estado do Tesouro à altura durante estes oito meses?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Sr. Deputado João Galamba, terei de ser novamente relativamente longo e cuidadoso para evitar qualquer mal-entendido.

O meu Chefe de Gabinete, Dr. Pedro Machado, esclarece que na pasta de transição não existe nenhuma secção específica sobre contratos de gestão de risco financeiro nas empresas públicas. Não existe nenhuma secção identificada especificamente dessa matéria.

Relativamente,...

O Sr. João Galamba (PS): - Posso interromper, Sr. Doutor.

O Sr. Presidente: - Se o Sr. Doutor o permitir.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Com certeza.

O Sr. Presidente: - Tem, então, a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): - No índice enviado pelo seu Chefe de Gabinete da altura existe alguma menção específica ao caso BPN e ao levantamento das dívidas em atraso e prazos de pagamento das empresas? Estas matérias constam do índice?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Sr. Deputado João Galamba, não tenho de cor o índice da pasta de transição, não o trouxe comigo e, portanto, não posso confirmar ou desmentir, mas, certamente, que o caso do BPN figurava de forma destacada quer na pasta de transição ministerial quer, com grande destaque, na pasta de transição entre secretários de Estado.

Mas, voltando ao ponto da carta do meu Chefe de Gabinete, Dr. Pedro Machado, é, efetivamente, verdade que recebemos um *dossier* físico detalhado, com as matérias do programa de ajustamento, e nesse *dossier* de transição constava um conjunto de fichas relativamente às medidas de execução mais imediata, incluindo a famosa ficha relativa à medida 3.30 do Memorando de Entendimento.

Recordo que o conteúdo do despacho de 31 de maio é, basicamente, dizer: cumpra-se a medida 3.30 do Memorando de Entendimento, assegure-se que estamos em condições de cumprir este calendário, crie-se um

capítulo autónomo no relatório habitual da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o setor empresarial do Estado.

Ora, dificilmente se pode considerar que esta questão tem valor acrescentado considerável para uma equipa governativa que tem como prioridade imediata a preparação do primeiro exame regular com a troica. E, naturalmente, esta questão da preparação da medida 3.30 aparece com o destaque adequado na preparação desse primeiro exame regular.

Nesse contexto, não tendo eu qualquer recordação específica na matéria, parece-me inteiramente natural que, ao olhar para a preparação do primeiro exame regular, não tenha considerado relevante dizer que a equipa anterior me tinha chamado a atenção para o facto de que o relatório, que o Memorando de Entendimento estipulava ser preciso preparar em algumas semanas, estava, efetivamente, a ser preparado. Isso foi, naturalmente, verificado com os serviços imediatamente, até para perceber exatamente em que ponto dos trabalhos a questão se colocava.

Durante este período, o processo, Sr. Deputado João Galamba, nunca foi parado. O processo esteve sempre em progresso, aspeto que, repito, foi reportado a esta Comissão de Inquérito pela Ministra de Estado e das Finanças.

A Ministra de Estado e das Finanças trabalhou durante este período de forma muito intensa com os vários serviços, certamente com a DGTF, mas também com a IGF e, fundamentalmente, com o IGCP, tendo sido reportado a esta Comissão de Inquérito que havia sido criada no IGCP uma equipa especial dedicada para tratar desta questão.

O Sr. João Galamba (PS): - Sr. Presidente, gostaria de interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: - O Sr. Dr. Vítor Gaspar terminou esta resposta?

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: - Terminei, sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - O Sr. Deputado João Galamba está no uso da palavra, mas pretende interpelar a Mesa.

O Sr. João Galamba (PS): - Sim, Presidente.

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): - Sr. Presidente, uma vez que o Dr. Vítor Gaspar não tem memória do índice exato, queria que fosse distribuído ao Dr. Vítor Gaspar o documento enviado pelo seu Chefe de Gabinete à altura. Fiz a pergunta que fiz sobre o ponto 1, porque foi dito no dia...

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado João Galamba, peço desculpa, mas se a sua interpelação pretendia que a mesa procedesse à entrega do documento, ele já está entregue.

Sr. Deputado, pretende continuar a usar da palavra para colocar questões ao Sr. Doutor?

O Sr. João Galamba (PS): - Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Queira, então, continuar, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): - Sr. Dr. Vítor Gaspar, continua a afirmar que Maria Luís Albuquerque começou a trabalhar nisto desde o primeiro

dia e o que eu lhe reporte aqui foi um conjunto de instruções dadas por Maria Luís Albuquerque – primeiro, a um diretor-geral da DGTF, depois, a outro diretor-geral da DGTF e, depois, ao IGCP – para não fazerem nada, para pararem!

Na verdade, toda a informação, até à contratação da StormHarbour, foi produzida por iniciativas do Governo anterior – o tal que nada tinha feito –, o processo que estava em curso, que mandatava a DGTF, a IGF e o IGCP, com assessoria da Caixa, foi travado por Maria Luís Albuquerque, há um memorando interno da DGTF, de maio de 2012, que diz que o despacho de Costa Pina não estava a ser cumprido, e este Governo não deu nenhuma instrução alternativa.

Portanto, o que parece, Dr. Vítor Gaspar, é que, até à contratação de Moreira Rato, Maria Luís Albuquerque e a equipa de finanças que dirigia nada fez sobre esta matéria, tendo, aliás, bloqueado a solução que vinha do Governo anterior, pelo que posso concluir que a contratação de Moreira Rato, independentemente das suas competências técnicas, foi a contratação mais cara da história da administração portuguesa, porque esperar por Moreira Rato para entrar no IGCP custou ao Estado português mais de 1500 milhões de euros, que foi aquilo que o seu Governo, durante ano e meio, entre junho de 2011 e agosto de 2012, deixou acontecer às perdas potenciais.

De facto, durante esse período nada foi feito, ou, melhor, a única coisa que foi feita foi bloquear a solução proposta pelo Governo anterior.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Vítor Gaspar: - Sr. Deputado João Galamba, parece-me que existe um conjunto de questões que estão erradas no que acaba de dizer.

Em primeiro lugar, a proposta de atuação da DGTF não é uma proposta do Governo anterior; é uma proposta dos serviços. E é importante perceber que a instrução de parar com uma ação concreta é muito diferente de parar um processo e, como foi aqui explicado à Comissão de Inquérito, o processo nunca parou. O processo não ficou à espera da contratação de um novo presidente para o IGCP, o processo de procura de soluções nesta matéria foi uma ocupação constante do Governo e dos serviços. Não há uma pausa, não há qualquer suspensão.

Acontece, adicionalmente, que os trabalhos e o envolvimento do IGCP nesta questão ocorrem durante os meses que precedem a alteração do Conselho de Administração do Instituto. Durante todo este período, há um esforço sistemático de recolha e sistematização de informação, existindo, de resto, um conjunto de contactos com instituições financeiras que a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças também referiu neste contexto.

Deixe-me reconhecer, por uma razão de completa transparência, que eu tinha razão na prudência, na não utilização da minha memória sobre o índice da pasta de transição. Efetivamente, o Sr. Deputado tinha razão, não existe um ponto específico sobre o BPN. Mas é verdade que o BPN era um tópico suficientemente destacado para ter a sua ficha específica no âmbito das medidas previstas no Memorando de Entendimento.

Portanto, não era um caso que estivesse tratado de forma genérica em termos de estabilidade do sistema financeiro ou de operações no sistema bancário, era um caso que estava mencionado e identificado explicitamente, com um calendário particularmente exigente, que o tornou um dos tópicos mais importantes na discussão do período de transição na área do Tesouro e Finanças.



O Sr. João Galamba (PS): — Peço a palavra para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Galamba, que seja mesmo para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, é só porque o documento que eu dei ao Dr. Vítor Gaspar é o único documento que veio das Finanças com o índice da pasta e desse índice não consta nem o BPN, nem as *golden shares*, por exemplo, nem os prazos de pagamento.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Galamba, não é propriamente uma interpelação à Mesa.

Dou, agora, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, do CDS-PP.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Sr. Dr. Vítor Gaspar e agradecer-lhe o facto de estar aqui hoje.

O conjunto de perguntas que tenho para lhe fazer é, como me parece que será evidente, sobre *swaps*.

Curiosamente, nesta Comissão temos assistido a uma tentativa de centrar as questões não naquilo que é essencial, que são os *swaps*, mas naquilo que é acessório. Isso tem talvez a ver com o facto de que um dos principais objetivos desta Comissão é — como é natural, como já foi dito e bem — apurar as responsabilidades dos diversos Governos.

Mas, como o Sr. Doutor já se deve ter apercebido, aquilo que alguns tentam fazer é passar a ideia — um pouco bizarra, é certo — de que a responsabilidade pelos *swaps* será toda deste Governo, que não fez nenhum

*swap*, isto é, que fez zero *swaps*, e que o Governo que fez a esmagadora maioria dos *swaps* não tem qualquer responsabilidade nesta questão. É uma tese difícil, como é óbvio,...

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Mas têm-se esforçado!

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — ... mas que tem sido defendida, até com alguma arte e com alguma agressividade, como é natural, porque as teses absurdas têm sempre de ser defendidas com alguma arte e alguma agressividade.

Para fechar este assunto, já falou da ficha, que aqui tenho, dizendo e passo a citar: «A ficha não tem nada que seja opaco. É tudo cristalino». Eu não podia estar mais de acordo. Eu diria que é tudo cristalino e é tudo, também, absoluta e completamente irrelevante.

O que gostava de perguntar ao Sr. Doutor é se quando aborda o assunto com o Sr. Ministro Teixeira dos Santos o aborda porque leu esta ficha, viu a medida 3.30 e acenderam-se 40 luzes de alarme e 40 luzes vermelhas que o levaram a perguntar sobre a questão dos *swaps* ou se quando faz essa pergunta ela é motivada por outras questões que nada têm a ver com esta ficha?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, como tentei dizer anteriormente, a existência de contratos de cobertura de risco financeiro em empresas públicas — que tinham características tais que funcionavam potencialmente como multiplicadores de risco e não como formas de gestão de risco — era uma preocupação que, de acordo com o

meu melhor entendimento, era do conhecimento comum na altura. Foi esse conhecimento comum, essa preocupação baseada em informação existente no domínio público que conduziu à minha pergunta.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Gostava também de lhe perguntar se constavam desta ficha e desta pasta os Despachos n.<sup>os</sup> 101/2009 e 896/2011, que têm sido utilizados praticamente por todos os Deputados que fazem perguntas sobre esta questão, porque são absolutamente essenciais para a sua compreensão?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, esta ficha apenas refere o Despacho n.º 807. Pode perfeitamente ter acontecido que o Secretário de Estado Costa Pina tenha dado a informação adicional, incluindo a referência a esses dois despachos, na reunião que se seguiu à minha reunião, a dois, com o Prof. Teixeira dos Santos. Relativamente a esse momento, não tenho nenhuma recordação específica.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Posto isto, gostava de perceber o seguinte: para se perceber bem quais são as responsabilidades, é preciso perceber por que é que as coisas aconteceram. Gostava que me ajudasse a compreender por que é que surgiram estes contratos. Qual foi a sua motivação?

A 24 de julho foram publicadas, no *Diário de Notícias*, declarações do ex-Secretário de Estado do Tesouro, Costa Pina, que disse que vários bancos internacionais ofereceram contratos *swap* ao Estado português para maquilhar as contas públicas e que até seriam *swaps* menos tradicionais, que na gíria bancária seriam designados como *swaps Eurostat friendly*.

O que lhe pergunto, Sr. Doutor é se tem razões para acreditar que estes contratos *swap*, que na sua maioria foram feitos na vigência do Governo socialista, foram feitos para maquilhar as contas das empresas públicas?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, digamos que a história aponta para o facto de algumas operações deste tipo terem sido realizadas noutros Estados-membros da União Europeia precisamente com esse propósito. Portanto, essa prática por parte de alguns bancos internacionais está bem documentada.

Não quereria generalizar mas, de entre os contratos identificados neste conjunto, existem contratos que permitem melhorar os custos de financiamento no imediato através da assunção a prazo de custos e riscos muito consideráveis. Nesse caso, julgo que não é abusivo considerar que o propósito de melhorar artificialmente as contas das empresas pode ter sido uma motivação para estas operações.

Foi por isso que falei de um pacto faustiano — as tentações estão associadas aos ganhos imediatos, sendo desprezados os custos futuros, porque são remotos.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Que houve um absoluto desprezo pelos custos futuros, sobretudo o custo para os contribuintes, parece-me que já todos percebemos. O que lhe pergunto é quanto às motivações.

Dou-lhe alguns exemplos de *swaps* contratados, todos citados do relatório do IGCP: um da Goldman Sachs, da Metro do Porto, relativamente ao qual, no dia da contratação do *swap*, o valor já era negativo em 67 milhões de euros para um valor nominal de 126 milhões de euros. No dia seguinte ao da contratação!... Outro exemplo, de um *snowball* que aparece também no relatório a que tivemos acesso, com um valor nominal de 89 milhões, também da Metro do Porto e apresentando um valor *mark-to-market* de 450 milhões negativos. E para os exemplos não serem todos da Metro do Porto — porque eu também sou do Porto e não quero que pareça que há aqui alguma perseguição regional —, temos a Metro de Lisboa, com um valor nominal de 99 milhões e um *mark-to-market* negativo de 204 milhões.

O que lhe pergunto é se estamos perante uma operação de manifesta maquilhagem ou se há também alguma outra motivação?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, as considerações que faz parecem-me plausíveis, mas, infelizmente, não tenho qualquer conhecimento específico detalhado que me permita acrescentar seja o que for.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, tem a palavra.

---

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Em relação a um conhecimento específico e detalhado que sei que tem – porque tendo sido Ministro das Finanças exerceu a tutela sobre as empresas públicas, ainda que naturalmente delegada num Secretário de Estado –, o que lhe pergunto é se, do seu ponto de vista, o exercício de uma boa tutela se compagina com a assunção de responsabilidades desta natureza para o Estado português. Se estamos aqui para apurar responsabilidades, então, convém perceber quem é que tem responsabilidade pela contratação dos *swaps*.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tentei ser cristalino sobre essa matéria já há pouco.

A responsabilidade decorrente quer do ordenamento jurídico português quer do ordenamento jurídico europeu subscrito pelo Estado português faz com que a responsabilidade pelas regras e procedimento de controlo de custos e riscos orçamentais cumpra ao Estado no seu conjunto. Naturalmente, a responsabilidade da iniciativa política nessa matéria cabe ao Governo. Não me parece que exista grande possibilidade de debater essa questão.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Doutor, em relação ao risco que estes contratos representam ou representaram para o Estado português, diz-se no relatório do IGCP que se considera que o risco mais premente tem origem no BNP, que tem vindo a ameaçar insistentemente com o

exercício de uma *early termination option* da Águas de Portugal, com um valor de 31 milhões de euros negativos, e na STCP, com um valor de 10 milhões de euros negativos. E continua por aqui.

Naturalmente que o Sr. Doutor assumiu responsabilidades numa altura extraordinariamente difícil do ponto de vista da relação de Portugal com os bancos e das necessidades de financiamento do Estado português. O que lhe pergunto é até que ponto a existência deste problema representou um risco real para o financiamento do Estado português, para o financiamento do sistema financeiro económico português e, simultânea e consequentemente, para todos os contribuintes, que têm não só de pagar a conta mas também de lidar com estes riscos.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, tem a palavra.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, naturalmente, a possibilidade de exercício de cláusulas de vencimento antecipado criava um problema de financiamento ou de refinanciamento das empresas, para as empresas e para as administrações públicas, que constituía um risco muito importante.

Uma opção, no caso de essas cláusulas serem exercidas, seria, naturalmente, pagar, o que, numa altura de gravíssima restrição financeira tem um custo de oportunidade elevadíssimo. O custo de não pagar seria também muito considerável, porque potenciaria uma situação de incumprimento, com potencial contágio para outras empresas ou até para a Administração Pública no seu conjunto. Chamo à atenção que estes riscos não se materializaram, estes riscos foram geridos com diligência e com competência pela então Secretária de Estado do Tesouro, de tal maneira

que, passado este período de grande risco e exigência, não houve um único caso de materialização desse risco muito importante.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Vítor Gaspar, isto leva-nos, então, àquelas que foram as decisões tomadas para resolver este problema grave.

A primeira questão que lhe coloco é esta: era possível tomar decisões referentes a estes derivados de forma separada, ou seja, empresa a empresa, e, sobretudo, de forma separada da restante gestão da dívida do Estado português? O que pergunto é se, do prisma desse risco, que era real e que todos nós, portugueses, corríamos, era possível tratar estas dívidas como se nada tivessem a ver com as restantes dívidas e a restante política de crédito do Estado português ou se, pelo contrário, era absolutamente essencial, para minimizar os riscos e para proteger os interesses de Portugal, que elas fossem geridas em conjunto?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, julgo que tem toda a razão, por dois conjuntos de argumentos que são separados. Por um lado, a gestão desta questão como risco orçamental e financeiro muito considerável faz parte, como julgo que indicou muito claramente, de um processo de gestão global do crédito público e, portanto, é um processo que faz parte de um conjunto muito mais amplo.

Mas há um outro aspeto mais concreto: poderia ser feita esta negociação contrato a contrato, empresa a empresa? Poderia este processo



ser completamente descentralizado? A resposta é não, porque, efetivamente, a forma como estes casos são geridos constitui precedente para todos os outros casos, para além de existirem os potenciais efeitos de contágio a que já me referi.

Consequentemente, a centralização da gestão desses processos no IGCP foi uma das boas decisões propostas pela então Secretária de Estado do Tesouro, nesta matéria.

Portanto, quer pelo aspeto sistémico do crédito público, quer pelo aspeto da necessidade de centralização de todas estas operações, por razões económicas, financeiras e jurídicas, por qualquer destes conjuntos de argumentos, uma abordagem global e abrangente era o que se impunha.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Para finalizar, Sr. Dr. Vítor Gaspar, acompanhou, certamente, o processo de renegociação e negociação com os bancos de parte destes *swaps*, foi uma negociação musculada, digamos assim, e que implicou, com certeza, muito trabalho e muitos dias de trabalho, pelo que gostava que me dissesse qual é a sua apreciação. Afinal de contas, estamos aqui para apurar responsabilidades e a sua responsabilidade é sobretudo essa, a que tem a ver com a renegociação.

Muito se tem falado aqui de perdas potenciais de 3000 milhões de euros, pelo que gostava que me dissesse se, da parte que já foi renegociada, estamos a falar nesse montante, ou em metade desse montante, já que a parte remanescente, que diz respeito ao Santander, é de quase metade do valor, ou se, pelo contrário, esta renegociação implicou que as perdas reais fossem substancialmente inferiores às perdas potenciais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, como já afirmei várias vezes a esta Comissão, e repito, gostosamente, esta negociação, que, como diz, e muito bem, ainda não está concluída, permitiu diminuir muito consideravelmente os riscos, nomeadamente os riscos associados ao exercício de cláusulas de vencimento antecipado, que estão completamente controlados.

Para além disso, os valores de perdas potenciais foram diminuídos de forma bastante expressiva e foi possível gerir essa situação de forma a que o impacto sobre as contas e a dívida pública tivesse sido compensado por outras operações dentro da carteira de operações do IGCP.

Por estas razões, considero que a parte do processo que foi concretizada até agora foi, efetivamente, bem sucedida.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos passar à segunda ronda de perguntas, começando, novamente, pelo Sr. Deputado Paulo Sá.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Vítor Gaspar, o senhor, durante esta audição, teve algumas falhas de memória, não se recordando de matérias muito importantes. Aliás, a frase que mais disse, nesta Comissão, e vou citá-lo, foi «não tenho uma recordação específica sobre a matéria». Disse isto várias vezes, o que não deixa de ser estranho, porque, nos dois anos em que ocupou a pasta das Finanças, mostrou ter uma excelente memória, diria mesmo uma «memória de elefante», e agora, de repente, teve um «apagão».

---

Portanto, Dr. Vítor Gaspar, peço-lhe que faça um esforço, que não será, com certeza, nem sequer colossal, para se lembrar de alguns factos relevantes ocorridos neste período.

Disse aqui o Dr. Vítor Gaspar, também várias vezes, que não houve momentos de pausa, de espera, que o assunto estava permanentemente a ser tratado, referindo-se àquele primeiro ano de inação, de inatividade do Governo, mas não basta dizer isto, Dr. Vítor Gaspar, é preciso fundamentar com factos.

Na primeira ronda, quando lhe fiz esta pergunta, remeteu-me para a audição de 25 de junho, com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, mas, com certeza, saberá que a resposta dada então pela Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado foi insuficiente, pouco rigorosa, insatisfatória e, mais importante do que isso, foi até desmentida parcialmente por depoimentos posteriores.

Vamos, então, recapitular os factos.

Há um despacho, de 9 de junho, do anterior Secretário de Estado do Tesouro e Finanças; no dia 4 de outubro de 2011, quatro meses depois, a DGTF apresenta uma proposta de operacionalização desse despacho, e repare, Sr. Ministro, que não é já a operacionalização ou os resultados da operacionalização, é apenas uma proposta de futura operacionalização de cumprimento do despacho de quatro meses antes; a Secretária de Estado do Tesouro, com a sua concordância, rejeitou esta proposta, informando que o assunto iria passar a ser gerido pelo IGCP.

Ora, o que é que nos disse o ex-Presidente do IGCP, Dr. Alberto Soares, de forma taxativa, nesta Comissão? Disse-nos que, até 30 de março de 2012, data em que ele cessou funções, não recebeu qualquer orientação da Secretária de Estado do Tesouro para recolher informação sobre os *swaps* das empresas públicas — e sublinho que ele disse aqui que não recebeu orientações, mais, que não recebeu essa informação da DGTF nem

do IGF —, não recolheu informação por sua própria iniciativa, acrescentando, claramente, que, em termos legais, nem o podia fazer.

Mais: o ex-Presidente do IGCP informou que não houve reuniões do IGCP com a DGTF e o IGF nem com a tutela sobre este assunto e, portanto, garantiu aqui, taxativamente — aliás, era eu que estava a questioná-lo sobre isto e fiquei até surpreendido com a importância extraordinária destas declarações, pelo que insisti durante vários minutos —, que nada foi feito no IGCP até 30 de março.

Por isso, quando o Sr. Dr. Vítor Gaspar diz aqui, e repete, que não houve momentos de pausa, de espera, tem de o fundamentar, e não o pode fundamentar de forma vaga, como fez até agora.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Dr. Vítor Gaspar, peço-lhe um esforço de memória para que, mês a mês, de agosto ou julho de 2011 até 30 de março de 2012 — e estamos a falar de oito meses —, nos diga o que foi feito, ou seja, no mês de julho foi feito isto, no mês de agosto foi feito aquilo, no mês de setembro foi feito aqueloutro, e por aí fora.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Com certeza, como responsável pelas Finanças, terá presente o que foi feito, numa matéria que, como já disse, lhe suscitava muita preocupação. Peço-lhe, pois, um esforço de memória para detalhar o que foi feito e não ficar apenas por frases vagas.

Muito obrigado pela sua tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Sá, dada, em particular, a sua intervenção de interpelação à mesa, farei o que me parece ser tedioso, mas, em qualquer caso, eficaz, que é repetir a resposta que o Sr. Deputado obteve, sobre esta matéria, da então Secretária de Estado do Tesouro.

Disse, então, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado: «(...) vou tentar ser tão concreta quanto possível, em termos de tempo» — estava a referir-se à cronologia, ao calendário que o Sr. Deputado Paulo Sá, tão insistentemente, então como agora, pediu. E continuou a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado: «No último trimestre de 2011, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças apresentou uma proposta de operacionalização do despacho do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças anterior, com os procedimentos que tinham sido determinados. Este foi o primeiro passo formal nesta matéria, sendo que esses passos se destinavam, por um lado, à recolha e reporte de informação que já estavam a ser executados e, por outro, era o estabelecimento de um circuito que permitiria avaliar propostas que entretanto fossem apresentadas. Não foram apresentadas quaisquer propostas; na prática, esse circuito não foi operacionalizado porque não surgiram outras propostas».

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Sá.*

---

O Sr. Presidente: — Não lhe dei a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá, pelo que peço ao Sr. Dr. Vítor Gaspar que continue, nos termos em que entender.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — O Sr. Deputado Paulo Sá quer intervir?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, queira continuar, nos termos que lhe parecerem convenientes.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

«Em outubro e novembro de 2011, face à abordagem que foi feita por alguns bancos, como já aqui referi, com a ameaça de exercício de opções de vencimento antecipado, foi pedido ao IGCP que analisasse a possibilidade de fazer a simplificação ou, eventualmente, assumir as posições, de forma a impedir o exercício das cláusulas de vencimento antecipado. Isto em novembro e dezembro de 2011.

Nessa altura, o IGCP identifica a impossibilidade formal, por não ter esse mandato legal, de assumir essas posições, e é o próprio IGCP que, logo nessa altura,...» — novembro e dezembro de 2011 — «... recomenda que, uma vez que não existe a possibilidade legal de assumir essas posições, haja um particular cuidado com a tomada de quaisquer decisões antes que a realidade seja conhecida no seu todo,...» — isto liga-se à pergunta que foi aqui feita pela Deputada Cecília Meireles — «... precisamente para evitar que sejam criados precedentes que pudessem condicionar as decisões futuras».

E continua: «Quando o IGCP diz que não tem a possibilidade de assumir essas posições...», é importante ter presente qual a vantagem de uma gestão centralizada. A gestão centralizada era vantajosa, por um lado,

porque os bancos tinham uma disponibilidade adicional para aceitarem não exercer as cláusulas de vencimento antecipado, no caso de a assunção ser feita pelo IGCP, e, por outro, porque a centralização no IGCP permitia a diversificação de carteira com a compensação de posições positivas e negativas, permitindo, assim, gerir os impactos sobre a dívida pública e sobre o défice público.

Isto conduz à situação de progresso, neste processo, nos meses a que se refere o Sr. Deputado, sendo que, logo no princípio do ano, é preparado um projeto de alteração dos estatutos do IGCP, que é apresentado e aprovado em Conselho de Ministros em junho de 2012 e, finalmente, é publicado a 27 de agosto de 2012, tendo entrado em vigor a 1 de setembro. É esta a cronologia que, naturalmente, o Sr. Deputado Paulo Sá já bem conhecia.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a mesa, a tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, considero perfeitamente inaceitável o que acabou de acontecer aqui.

O Dr. Vítor Gaspar veio a esta Comissão para nos dar o seu depoimento sobre os acontecimentos. Não era uma pessoa qualquer, era o Ministro das Finanças da altura e, em resposta a uma pergunta concreta colocada por um membro desta Comissão para que desse o seu depoimento sobre os acontecimentos ocorridos desde junho de 2011 até agosto de 2012, o Dr. Vítor Gaspar optou por ler a transcrição da audição da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro de 25 de junho.

É inaceitável, configura um desrespeito por esta Comissão, não acrescenta nada à matéria que foi solicitada e, portanto, entendo que isto

configura uma recusa do Dr. Vítor Gaspar em colaborar com esta Comissão no apuramento da verdade e, implicitamente, o reconhecimento de que, no primeiro ano de mandato, nada foi feito sobre esta matéria,

Deixo, aqui, portanto o meu protesto sobre a forma como o Dr. Vítor Gaspar respondeu a questão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, é entendimento do Presidente não condicionar por qualquer forma o critério das respostas dadas pelas pessoas que depõem nesta Comissão.

Se o Sr. Dr. Vítor Gaspar entendeu suportar a sua resposta numa declaração sobre a matéria feita também nesta Comissão, a responsabilidade intelectual da adesão a essa resposta é completamente do Sr. Dr. Vítor Gaspar. A ilação sobre o mérito da resposta cabe, por sua vez, posteriormente, aos Srs. Deputados, mas não esperem do Presidente da Comissão que condicione os termos das respostas dadas, desde que elas não infrinjam as regras de etiqueta que se nos impõem.

Sendo assim, Sr. Deputado Paulo Sá, creio que o incidente pode estar resolvido.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, a ilação é a de que o Dr. Vítor Gaspar não quis responder nesta Comissão sobre o seu acompanhamento, enquanto Ministro das Finanças, do *dossier swaps* e, portanto, refugiou-se num depoimento anterior da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado.

O Dr. Vítor Gaspar é conhecido na sociedade portuguesa por duas grandes características. Primeiro, por ter instaurado este saque fiscal que atualmente se vive e por ter escavado o buraco da recessão e da crise social. Mas é também conhecido por uma forma muito particular de expressão



oral, por ser particularmente vagaroso nas respostas que dá. Ficamos agora a saber que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado foi muitíssimo mais vagarosa na solução que apresentou para o *dossier* dos *swaps*. Ou seja, aquilo que fica absolutamente claro, das palavras que disse esta manhã, é que também o Dr. Vítor Gaspar não faz a mínima ideia do que é que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado fez sobre o *dossier* dos contratos *swap* entre 18 de julho, quando diz à DGTF para nada fazer, e o final de março de 2012, quando sai o então presidente do IGCP. Ou seja, durante este período de tempo, a Sr.<sup>a</sup> secretária de Estado não fez nada, rigorosamente nada!

Aquilo que percebemos é que, sobre esta negligência da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, a atual Ministra das Finanças tentou encontrar uma justificação política, a qual, tem vindo provar-se nesta Comissão, é uma falsidade.

A então Secretária de Estado, atual Ministra das Finanças, veio dizer que não havia informação disponível sobre o *dossier swap* e, à medida que vamos acumulando informação, o próprio Dr. Vítor Gaspar diz-nos que Maria Luís Albuquerque é perita, é uma profissional competente, conhece a questão dos *swaps*. Portanto, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque sabia deste *dossier*, acompanhou-o e nada fez. Entendeu mesmo que as instituições públicas sob a sua responsabilidade direta nada deviam fazer, pelo menos até ao final de março de 2012.

Ora, Dr. Vítor Gaspar, há aqui uma certa ironia. É que Teixeira dos Santos e Costa Pina vieram a esta Comissão dizer que o Governo do Partido Socialista não fez nada sobre os contratos *swap* porque só teve informação no segundo trimestre de 2011. Se a tese de Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque, que diz que não havia trabalho feito sobre esta matéria, vingar, a desculpa política para o Governo do Partido Socialista está dada

e, portanto, a responsabilidade da contratação dos *swaps* seria dos gestores do setor empresarial do Estado.

Vejamos quem são esses gestores. É que alguns deles foram reconfirmados pelo seu Governo à frente do setor empresarial do Estado ou foram pessoas escolhidas pelo seu Governo para sair do setor empresarial do Estado e desempenhar funções governativas. Aquilo que aconteceu, na análise tardia do *dossier* dos *swaps*, é que houve dois secretários de Estado que, exatamente porque estiveram no setor empresarial do Estado e contrataram *swaps*, foram convidados a sair do Governo.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): — Gostava que o Sr. Dr. Vítor Gaspar nos explicasse aqui, hoje, é como é que aconteceu a reunião de Conselho de Ministros que entendeu que Juvenal Silva Peneda e Braga Lino deveriam sair do Governo por causa do *dossier swaps*, mas entendeu que Maria Luís Albuquerque, que fez *swaps*, que «empurrou com a barriga» o *dossier* dos *swaps* durante praticamente dois anos e não cuidou dele, podia permanecer no Governo.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): — Ora, gostava que nos explicasse, aqui, detalhadamente, quais foram os critérios que presidiram a esta seleção de secretários de Estado que tinham de sair porque fizeram contratos *swap* e secretários de Estado que puderam ficar, apesar de terem feito contratos *swap* e nada terem feito no exercício de funções governativas para resolver o problema dos contratos *swaps*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Deixem-me novamente tentar ser sistemático na minha resposta, começando pela parte da intervenção da Deputada Ana Drago que se liga com a observação anterior do Deputado Paulo Sá.

O que eu disse, em resposta ao Deputado Paulo Sá, e já tinha dito anteriormente, foi que o meu conhecimento específico, detalhado, sobre esta questão não me permitia acrescentar qualquer informação adicional ao que já tinha sido dado a esta Comissão de Inquérito.

O Sr. Deputado Paulo Sá revelou insatisfação por esta resposta, pedindo que se evitasse essa fórmula e que, pelo contrário, fosse dada uma resposta substancial. Sendo um facto que nada tenho de substancial a acrescentar ao que foi dito pela Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, pareceu-me que o Sr. Deputado Paulo Sá ficaria agradado por ouvir a mesma informação ser reportada de viva voz, tendo começado por ler textualmente aquilo que foi dito pela Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças mas tendo, naturalmente, como é fácil de verificar pela transcrição, alterado as expressões para efeito de melhoria da diversidade linguística posta à disposição desta Comissão.

Chamo a atenção, no entanto — e este ponto é completamente sério —, que, do ponto de vista da prestação de informação substancial, a informação é prestada à Comissão exatamente como o dever de colaboração o exige. Não há aqui qualquer espécie de desvio.

Segundo aspeto, Sr. Deputado Paulo Sá: naturalmente, conheço em detalhe os assuntos que giro, de acordo com um princípio de responsabilidade direta. É normal que a generalidade das minhas intervenções no Parlamento tenha estado concentrada nessas matérias. E

nessas matérias, como qualquer responsável governamental, conheço, naturalmente, o *dossier* com todo o detalhe. Quando, pelo contrário, o *dossier* é delegado, é-o com base no princípio de confiança para com o beneficiário da delegação. Não pode ser de outra maneira e, na minha curta carreira de governante e mais longa carreira de gestão, nunca fiz de outra maneira.

Procurei indicar a esta Comissão que, do ponto de vista político, estavam em causa dois objetivos orientadores fundamentais: em primeiro lugar, alterar as regras e os procedimentos de forma a garantir que uma situação como esta não se repita, e reportei a esta Comissão como é que foram tomados os passos de modificação jurídica precisamente de forma a assegurar esse resultado e, em segundo lugar, referi que era preciso gerir a situação de forma a garantir a contenção de custos e riscos financeiros.

Sobre essa matéria, julgo ter reportado o suficiente a esta Comissão para ser claro que estou bem informado sobre a evolução agregada desta situação. Não é necessário nem é particularmente conveniente que exista ou tenha existido, da minha parte, um acompanhamento específico e detalhado nesta matéria, que, efetivamente, não ocorreu.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada, antes de ter formulado a sua pergunta, refere que eu não estou informado sobre os passos que foram dados para resolver esta questão, senão estou em erro, em particular, entre setembro e março de 2011. Durante esse período, como já referi, o IGCP teve uma atividade intensa de recolha e análise de informação, de contactos com instituições financeiras, que foi de grande importância para o progresso nesta matéria que se verificou no período subsequente. Esta afirmação não traz qualquer novidade para esta Comissão, porque foi precisamente o que afirmou a Ministra de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Presidente: — Ministra de Estado e dos Negócios Estrangeiros não será com certeza...

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Ministra de Estado e das Finanças. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente— Está atento o Presidente...

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Relativamente à composição do Governo, a composição do Governo é uma questão que é gerida em termos de *dossier* global pelo Primeiro-Ministro e é da responsabilidade dos próprios membros do Governo e dos ministros setoriais. Esta questão não foi discutida explicitamente em Conselho de Ministros e, conseqüentemente, a sua pergunta não tem resposta enquanto tal.

De acordo com o que julgo ser a verdade dos factos, a iniciativa de sair do Governo, nos dois casos que citou, foi dos próprios.

Relativamente à continuidade da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro e atual Ministra de Estado e das Finanças sempre beneficiou totalmente da confiança política quer do Ministro de Estado e das Finanças, eu próprio, quer do Primeiro-Ministro, como foi repetidamente afirmado e documentado pelo comportamento que teve quer como gestora nesta área, estando os aspetos específicos da sua atuação bem documentados, quer como gestora deste aspeto específico, que, em meu entender, tem ocorrido até agora de uma forma favorável à contenção de custos e riscos financeiros para os contribuintes portugueses.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Dr. Vítor Gaspar, agradeço todas as respostas que foi dando durante esta manhã, que são importantes para esta Comissão.

Vou diretamente às questões para simplificar o que pretendemos. Foram referidos factos ao longo da audição que são absolutamente indesmentíveis. A atual Ministra das Finanças não esteve na reunião que houve com o Ministro das Finanças, nem sequer estava em funções nesse momento. Gostava que voltasse a clarificar este aspeto porque ainda ontem à noite ouvi, na televisão, um comentador (não importa para o caso saber quem é) a falar sobre isto e a dizer que esteve na reunião. É uma coisa inacreditável!

Também gostava que ficasse claro que a atual Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças não recebeu nenhuma informação na pasta de transição entre secretários de Estado.

Coloquei esta questão ao Sr. Dr. Costa Pina na reunião onde foi ouvido, que não clarificou completamente e reconheceu que não o fez por ausência de informação. Ora, o PSD e o CDS pediram, e bem, essa informação, que há de chegar.

Portanto, não havia nenhuma informação — é um facto indiscutível.

Quanto à ficha referida hoje, foi colocada a questão ao Dr. Teixeira dos Santos e, hoje, o Dr. Vítor Gaspar já a esclareceu dizendo, de forma muito clara, que não tem rigorosamente nada, não tem nenhuma informação relevante, não faz nenhuma referência aos *swaps*. É uma informação genérica sobre as questões do Memorando, tem a ver com isso.

Portanto, na altura, na audição do Dr. Teixeira dos Santos — o documento foi entregue nesse momento e reparámos que não tinha nada — colocámos essa questão, mas tentou criar-se a ideia de que havia informação. Trata-se de uma intenção errada, de má consciência,

particularmente do Partido Socialista, de culpar a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque e criar um embuste e um engano às pessoas. Mas a Comissão vai decorrer durante algum tempo, vamos ouvir muitas pessoas e vamos chegar à verdade dos factos.

Sr. Dr. Vítor Gaspar, coloco uma última questão sobre uma matéria muito importante que foi referida durante a audição. O Sr. Doutor disse, na audição, que a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque era uma pessoa muito competente, muito profissional. Agora, já aqui referenciou que tinha muita confiança nela — não esperava do Sr. Doutor outra coisa — e também explicou que tinha conhecimento sobre os *swaps*, aliás, falou genericamente sobre o conhecimento teórico e sobre o trabalho que desenvolveu. A verdade é que alguma da informação que está a circular neste momento refere que a Ministra está informada da existência dos *swaps*.

Penso que era fundamental que explicasse novamente, apesar de já termos ouvido, que o que está em causa não é o conhecimento de *swaps* genericamente, mas é destes *swaps* especificamente e do tipo de contrato de *swap* que estava estabelecido.

O próprio Secretário de Estado Costa Pina disse também que «a existência de contratos de natureza especulativa é uma total surpresa. Nunca me passou pela cabeça que houvesse empresas públicas a assinar contratos sobre derivados com intuítos especulativos». Não estou agora a falar sequer desta questão dos especulativos, estou a dizer é que demonstrou claramente que não tinha conhecimento. Como é que transmite informação se não tem conhecimento? Penso que é fundamental esclarecer esta questão para que fique muito claro. Percebemos o que disse, mas era importante clarificar.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Vítor Gaspar, por favor.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Posso repetir que a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque não esteve presente na minha reunião com o Prof. Teixeira Santos nem na reunião que se seguiu com os secretários de Estado do Ministério das Finanças do Governo socialista. Nessa altura, a Secretária de Estado não estava de todo identificada e, portanto, a questão nem sequer se coloca.

A Dr.<sup>a</sup> Maria de Luís Albuquerque tem, certamente, àquela data, um conhecimento genérico deste tipo de produtos, exatamente como diz, e tem uma noção geral sobre a importância que este tipo de produtos podem ter no setor empresarial do Estado, porque o IGCP já tinha, a essa data, uma capacidade grande em matérias desse tipo e, embora esse assunto não fizesse parte das responsabilidades específicas da Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque dentro do IGCP, naturalmente, organizações pequenas e com uma cultura corporativa forte, como é o caso do IGCP, têm uma tradição de boa circulação de informação que permite ter uma boa consciência do que se passa genericamente. Mas isso não é suficiente para permitir uma atuação relativa a contratos complexos e cujas cláusulas decisivas para efeito de resolução e negociação são muito específicas, nomeadamente as famosas cláusulas de vencimento antecipado.

Portanto, claramente, sabíamos o suficiente para saber que havia um problema importante que era preciso equacionar, identificar e procurar resolver rapidamente. Mas, para isso, foi preciso fazer um trabalho bastante considerável, que levou, como já aqui foi documentado a esta Comissão de Inquérito e será certamente documentado além de qualquer dúvida razoável, antes do término dos trabalhos desta Comissão.



O Sr. Presidente: — Vamos agora passar à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dr. Vítor Gaspar, obrigada pelos esclarecimentos que já aqui prestou.

Creio que, chegados a este momento da reunião, há algumas informações e factos que importa reter. Coloco-lhe algumas questões muito concretas, pedindo-lhe que seja o mais objetivo possível na sua resposta.

A primeira pergunta é a seguinte: na pasta de transição foi ou não referido o contrato de *swaps*?

A segunda muito concreta é se esta pasta seria omissa quanto à questão dos *swaps*. Depois de o Sr. Doutor apresentar aqui a ficha que consta dessa pasta de transição e da conversa que tiveram, que remete, aliás, para informação detalhada sobre esta matéria, que, como o Sr. Doutor afirmou, remete também para um conjunto de compromissos que todos tínhamos, que o Estado português tem, estará o Sr. Doutor em condições de afirmar, neste momento da nossa reunião, que a questão não foi referida ou que a pasta de transição era omissa em relação a esta matéria? É que acho que não é credível afirmar que não havia informação e que ela não foi referida.

O Sr. Doutor disse uma coisa muito importante quanto às duas questões que lhe coloco. Diz que não se lembra se, na conversa com o Prof. Teixeira dos Santos, terá sido ou não referida a perda de 1500 milhões de euros com estes contratos. Diz que não se lembra, que não sabe, não se lembra de algumas perguntas concretas relevantes que já foram suscitadas esta manhã. Pergunto, então, se o Sr. Doutor estará em condições de

afirmar que a informação era reduzida quando não se lembra de alguns casos que são de facto relevantes para esta nossa Comissão de Inquérito?

Quero dizer-lhe, utilizando palavras suas, que esta ficha tem um valor acrescentado importantíssimo para esta Comissão de Inquérito porque ela reconfirma, como prova documental, uma mentira que foi criada.

*Protestos do PSD.*

Sim, Srs. Deputados. Acho que é importante e foi por isso que os Srs. Deputados do PSD pediram ao Sr. Dr. Vítor Gaspar para vir a esta Comissão.

É que o Sr. Doutor disse aqui esta manhã que o Governo de Teixeira dos Santos lançou os procedimentos necessários ao cumprimento das obrigações com os contratos *swap*, que «as informações foram extraordinariamente úteis para mim» — são palavras do Dr. Vítor Gaspar —, «estou muito agradecido pela informação prestada».

Portanto, Dr. Vítor Gaspar, o Governo anterior não procurou sonegar ou esconder informação. Mas há uma questão que fica em cima da mesa com a sua intervenção de hoje, e que, aliás, até agradeço. Correndo o risco de não o parafrasear com as palavras exatas, retenho algumas ideias. A Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque, com a sua experiência, passando pela Administração Pública, estava desde longa data informada do assunto. Maria Luís Albuquerque, então Secretária de Estado, não é apenas uma conhecedora destes contratos, é uma perita com um conhecimento profundo.

A pergunta que subsiste hoje, da sua intervenção, é: não tendo havido sonegação de informação nem informação escondida do anterior Governo, sendo a atual Ministra uma perita, por que é que houve

informações para os serviços no sentido de nada fazerem e por que durante dois anos que estivemos à espera que este problema fosse resolvido, como o Sr. Doutor aqui disse hoje também? E ainda estamos à espera que o quadro legislativo se conclua, nos próximos dias.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, julgo que o seu conjunto de questões e de considerações permitem esclarecer razoavelmente bem a questão nas suas várias vertentes.

Em primeiro lugar, não tenho, como disse, uma recordação detalhada da conversa com o Prof. Teixeira dos Santos e com os secretários de Estado sobre esta matéria, o que me leva a pensar que, dado ser este um assunto que me preocupava, não terei aprendido nada na reunião que considerasse particularmente relevante. Isto é, a necessidade de continuar a trabalhar sobre esta matéria, que foi certamente imperiosa, não passou pelo reporte deste episódio, porque o episódio, nesta questão concreta, foi irrelevante. É a melhor racionalização que consigo encontrar para esta questão.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, o segundo aspeto, que em parece, de facto, muito importante, é o seguinte: o comportamento do Prof. Teixeira dos Santos, na transição de pastas, em particular no que diz respeito ao cumprimento não dos contratos de *swap*, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse por lapso, mas ao cumprimento do Programa de Ajustamento, foi exemplar. Repito, foi exemplar.

O Prof. Teixeira dos Santos, em meu entender — é a minha interpretação, ele poderá querer dar outra —, estava manifestamente preocupado com a capacidade de o País executar com sucesso o Programa

de Ajustamento e queria, pela sua parte, garantir as melhores condições desse cumprimento.

A ficha 3.30, de que já falámos aqui muitas vezes, tem precisamente, novamente na minha interpretação, essa preocupação como questão dominante. Há uma necessidade de, em poucas semanas, produzir um relatório com informação adicional relativamente ao que era habitual, e o Prof. Teixeira dos Santos e a sua equipa estavam preocupados em garantir que a nova equipa sabia o que se estava a passar e que não havia aqui qualquer descontinuidade que pudesse pôr este calendário em causa.

Repito: estou extraordinariamente reconhecido ao Prof. Teixeira Santos pelo manifesto empenhamento pessoal que colocou nessa transmissão de informação.

Terceiro aspeto: a Sr.<sup>a</sup> Deputada pergunta, com razão e grande insistência, se a questão dos contratos de *swap* foi referida na reunião e, como já foi dito repetidas vezes nesta Comissão, a questão foi motivada por uma pergunta da minha parte, tendo sido referido pelo Sr. Prof. Teixeira dos Santos, de acordo com a minha melhor recordação, que o assunto seria tratado a seguir, na reunião com os Secretários de Estado, tendo esse assunto sido certamente mencionado na reunião com os Secretários de Estado. Enfim, a minha conjectura, informada mas não baseada em recordação viva, é a de que a informação que recebi nessa reunião terá sido fundamentalmente processual, isto é, referindo as várias iniciativas que foram tomadas para garantir que, de forma atempada, os vários passos previstos no Programa de Ajustamento seriam efetivamente realizados.

Acontece que tivemos, de facto, de tratar dessa matéria no âmbito do primeiro exame regular e, conseqüentemente, nas primeiras semanas do Governo Passos Coelho, foi necessário dar uma grande prioridade a esta

questão, precisamente para garantir a execução dos passos que estavam previstos.

Relativamente à quantificação da perda, existiam, à data, várias estimativas com ordens de grandeza. Julgo que só tive noção dos montantes exatos no contexto da leitura do próprio relatório a que se refere a ficha 3.30, e, portanto, não antes. É o relatório que acaba por ser publicado em agosto, que começa a ter várias versões e tem uma primeira proposta prevista para 15 de julho.

O Sr. Presidente: — Vamos agora passar ao CDS-PP.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Doutor, tem-se falado que esta questão está no Memorando de Entendimento, e está, é o famoso 3.30, um número que, acho, todos os portugueses têm de memorizar para saber, à partida, quando ouvirem 3.30, que aquilo é a informação detalhada sobre uma conta substancial que têm de pagar. Bom, mas adiante!...

A informação está no Memorando de Entendimento e eu gostava de lhe perguntar se, por acaso, sabe como é que esta questão foi parar ao Memorando de Entendimento, porque não deixa de ser curioso... É que já ouvimos aqui alguns ex-governantes e ex-responsáveis e passa muito a ideia de que «não, não sabíamos que havia um problema», «não, esta questão é da autonomia das empresas, a tutela não tem nada que se meter nisso»; há um Diretor-Geral do Tesouro que disse «bem, lá para dezembro de 2010, começámos a perceber que talvez houvesse aqui qualquer coisa que talvez valesse a pena investigar».

Assim, o que eu lhe perguntava é a que propósito é que isto aparece no Memorando de Entendimento. Então, se ninguém tinha a noção de que

havia um problema, isto chega ao Memorando de Entendimento «por obra e graça do Espírito Santo», ou haveria aqui a noção, por parte do Governo anterior, de que havia um problema e um problema sério? É isto que lhe perguntava.

Em segundo lugar, em relação a estes dois despachos que suponho que conhece, também lhe perguntava se, em 2009, altura em que já estávamos perante uma baixa das taxas de juro, o Sr. Secretário de Estado, em vez de ter aconselhado as empresas não financeiras a adotarem procedimentos de avaliação sistemática do risco, através (cito) «da contratação criteriosa de instrumentos de gestão de cobertura de riscos», se, em vez de ter feito isso, se tivesse preocupado em saber e em mandá-las elencar os *cash-flows* futuros desses instrumentos de gestão de cobertura de risco, se teria sido possível evitar grande parte desta conta que foi para os contribuintes portugueses, até porque há contratos *swap* celebrados já depois disto, e há alguns caros.

Em último lugar, perguntava se o exercício da tutela financeira fosse entendido como uma tutela, não diria zelosa, diria regular, e a representação de todos nós, enquanto acionistas nas empresas públicas, nas assembleias gerais, fosse encarada de forma, diria eu, regular e não como um proforma, em que quem tem de avaliar as coisas é o conselho fiscal e o auditor e os consultores e sabe lá Deus mais quem, todos, exceto a tutela, se teria sido possível verificar que estas empresas estavam, de todo, de facto, a contratar instrumentos de gestão de risco e não a brincar aos investidores, se teria sido possível evitar todo este problema e se nenhum de nós estaria agora sentado aqui hoje.

O Sr. Presidente: — Peço aos Srs. Deputados a quem não tive ocasião de dar a palavra que ajudem a criar condições para que a reunião possa decorrer sem excesso de *stress* até ao fim.

Sr. Dr. Vítor Gaspar, faça favor.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, não tenho conhecimento específico sobre as questões que levanta.

Aplica-se, em primeiro lugar, a observação geral de que a responsabilidade pela existência global de sistemas de informação e controlo adequados para a minimização de custos e riscos é, naturalmente, do Estado, no seu conjunto, com um papel essencial para o Governo. Repeti isso inúmeras vezes e não há, em meu entender, qualquer espécie de dúvidas de que são essas as implicações do enquadramento jurídico nacional — a Lei de Enquadramento Orçamental — e do enquadramento jurídico europeu, tratados e legislação secundária.

Em segundo lugar, a Sr.<sup>a</sup> Deputada pergunta-me se o Governo anterior sabia. Não posso ter qualquer afirmação categórica nessa matéria, mas parece-me que o Governo anterior, ao recusar a utilização de contratos de derivados com objetivo de maquilhar as contas públicas, mostra claramente que estes instrumentos financeiros podem ser utilizados dessa maneira, e seria, portanto, natural que se interrogasse sobre se haveria exemplos de utilização de instrumentos deste tipo, com esse tipo de objetivo, no universo das empresas públicas.

Efetivamente, o inventário detalhado desta matéria é feito muito tarde, e a atuação do Governo anterior, com exceção documentada do despacho de 2009, ocorre numa fase muito tardia e já associada à execução do Memorando de Entendimento e do Programa de Ajustamento.

---

Naturalmente, se o quadro de informação e controlo tivesse sido mais adequado, prejuízos muito consideráveis para os contribuintes portugueses poderiam ter sido evitados. E é precisamente por isso que é tão importante que nós, agora, completemos, tão rapidamente quanto possível, o quadro legislativo que ponha em prática, precisamente, essas regras e esses procedimentos de transparência e de controlo.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos agora passar para a última ronda de perguntas, pelo que vou perguntar aos Srs. Deputados quem deseja usar da palavra.

*Pausa.*

Inscreveram-se os Srs. Deputados Paulo Sá, do PCP, Ana Drago, do BE, Hugo Lopes Soares, do PSD, João Galamba e Ana Catarina Mendonça Mendes, do PS, Cecília Meireles, do CDS-PP, e, ainda, Adão Silva, do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Dr. Vítor Gaspar, ficou claro que o Dr. Vítor Gaspar deu conhecimento à Secretária de Estado do Tesouro sobre o conteúdo das reuniões com o anterior Ministro Teixeira dos Santos. Apesar de ela não ter estado presente na reunião, deu-lhe conhecimento. Não se lembra exatamente quando mas terá sido até agosto desse ano.

A Secretária de Estado do Tesouro, no dia seguinte a ter tomado posse, trocou *emails* com o ex-Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, Pedro Felício, e deu-lhe conhecimento a si, como Ministro das Finanças da altura, do conteúdo desses *emails*. Embora o Dr. Vítor Gaspar não os tenha lido,



de facto, recebeu informação sobre os *emails* e sobre a situação, e, em particular, como disse aqui, sobre o facto de as perdas potenciais ascenderem a cerca de 1600 milhões de euros. Não se lembra exatamente quando é que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado lhe deu essa informação, mas terá sido, também como disse, até ao início de agosto de 2011. Com esta informação de um lado e de outro, ficou preocupado mas, como afirmou aqui, o assunto não era dominante, não era prioritário.

Concordou com a Secretária de Estado do Tesouro que o *dossier* dos *swaps* das empresas públicas fosse gerido pelo IGCP e concordou que o plano de operacionalização apresentado pela DGTF, em outubro, não fosse implementado.

Sabia, como disse aqui, que o IGCP não tinha capacidade legal para gerir essa carteira, que era necessário mudar os estatutos e que isso ia demorar bastante tempo, o que acabou por se concretizar apenas em agosto de 2012, como mostrou conhecer. E de junho de 2011 a, pelo menos, 30 de março de 2012 (e 30 de março é a data em que o ex-Presidente do IGCP deixou de o ser, e de acordo com as informações que ele aqui prestou), nesse ano, o IGCP não tomou qualquer iniciativa, nem recebeu qualquer orientação da tutela para recolher informação sobre os *swaps*. Também não recebeu informação da DGTF nem da DGF.

O Sr. Presidente: — Queria concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Por outro lado, a DGTF tinha sido afastada desse processo.

A consequência de um ano de inação foi a de que um problema herdado do anterior Governo — e concluo, Sr. Presidente —, de 1600 milhões de euros, no espaço desse ano duplicou para 3200 milhões de

euros, ao ritmo de 4 milhões de euros por dia. E a tudo isto seguiu-se uma negociação desastrosa, que converteu 70% das perdas potenciais em perdas reais,...

O Sr. Presidente: — Queria concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — ... implicando o pagamento a nove bancos de 1000 milhões de euros, até junho deste ano.

Mais uma vez, os contribuintes pagam, e o Governo, o Sr. Dr. Vítor Gaspar, como ex-Ministro das Finanças responsável por esta área e a Secretária de Estado, atual Ministra das Finanças, têm responsabilidades por esta matéria.

Obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): —Sr. Dr. Vítor Gaspar, queria agradecer, obviamente, a sua presença, hoje de manhã, nesta Comissão, porque creio que, de facto, foi muito esclarecedora toda a informação que nos deu.

Primeiro: havia, de facto, competências explícitas e óbvias da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro e Finanças de seguir este *dossier* dos *swaps*, e que, portanto, esta era sua competência.

Segundo: o Governo sabia, sabia antes mesmo de ser Governo. Como aqui nos disse, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado era perita sobre esta matéria, disse-nos, mesmo, que tinha um conhecimento específico sobre certos aspetos desta temática e, portanto, que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado tinha um conhecimento aprofundado, especificamente, sobre os contratos *swap*, ainda antes de ser Secretária de Estado. E disse-nos também que o

Governo tem a perceção do volume de perdas potenciais nos primeiros dias, no primeiro mês em que está em exercício de funções. Portanto, antes da publicação do boletim informativo sobre o setor empresarial do Estado, esta informação chegou ao Sr. Ministro das Finanças e passou, obviamente, pela Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado.

Sabemos outra coisa: sabemos que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado não fez nada, não fez absolutamente nada! Até à alteração dos estatutos do IGCP, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado pediu à DGTF para nada fazer, e esperou que o Presidente do IGCP então em funções saísse para fazer a alteração dos estatutos. O que não sabíamos é que, na altura, o Ministro das Finanças não sabia que isto estava a acontecer.

Há pouco, o Dr. Vítor Gaspar respondia-me que, durante este período, até ao final de março de 2012, o IGCP teria estado a recolher os contratos *swap* do setor empresarial do Estado. Queria dizer-lhe que a informação que apurámos, nesta Comissão de Inquérito, não subscreve essa tese, pelo contrário, aquilo que nos disse Alberto Soares, em funções até março de 2012, foi que até ao final de março de 2012 o IGCP não recebeu qualquer instrução no que toca aos contratos *swaps* por parte da tutela financeira.

E há uma estranheza, porque hoje deveríamos estar a analisar a legislação que entretanto foi produzida.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Drago (BE): — Termino, Sr. Presidente.

Sabemos hoje que, afinal, a alteração que deveria ter acontecido no sector empresarial do Estado ainda nem sequer está publicada e a funcionar no sector empresarial do Estado.

Mas sabemos outra coisa. É que, quando perguntámos a este Governo por que é que fez tantos cortes, tantos ataques aos salários e pensões e não tratou desta questão, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado tentou refugiar-se na tese de que o anterior Governo não prestou informações. E enredou-se numa teia de mentiras que foram sendo desmentidas, que foram hoje também desmentidas pelo Dr. Vítor Gaspar, que criam esta situação inédita: temos uma Ministra das Finanças que prestou declarações erradas, enganosas, mentirosas a uma Comissão de Inquérito. E esse facto, Dr. Vítor Gaspar, é realmente inédito na política portuguesa!

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Dr. Vítor Gaspar e começar por dizer que assistimos nesta Comissão de Inquérito a um facto que considero absolutamente inédito. É que alguns estão a tentar «culpar o bombeiro» e fogem do «incêndio que atearam».

É verdadeiramente inacreditável que se tenha passado todos estes meses na Comissão de Inquérito a discutir aquilo que nem sequer faz parte do seu objeto, porque aqueles que são responsáveis por este problema, um problema grave, que na altura da mudança de Governo implicava já perdas potenciais de 1,5 mil milhões de euros, continuam a querer fazer desta Comissão de Inquérito um conjunto de *fait-divers*.

Sr. Dr. Vítor Gaspar, o que quero perguntar-lhe tem a ver com duas coisas: a primeira é uma frase que retive da sua intervenção inicial, que penso que, mais ou menos *ipsis verbis*, terá sido: «Em vez de reduzir os riscos, estes contratos multiplicavam-nos». O Dr. Costa Pina, nesta

Comissão de Inquérito — e isto tem que ver com o objeto desta Comissão e não com os tais *fait-divers* — dizia: «Trata-se de contratos normais que nós não conhecíamos. Eram contratos normais de cobertura de taxa de juro».

Ora, esta Comissão de Inquérito visa apurar responsabilidades, visa perceber como é que foi possível chegarmos até aqui e se, na verdade, quanto à transmissão de pastas...

Já agora, Sr. Presidente, em jeito de interpelação, permita-me só que diga que muito se tem falado da ficha 3.30. É esta ficha 3.30 a tal prova documental que o Partido Socialista abana constantemente como a prova de que a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças mentiu nesta Comissão de Inquérito.

#### *Protestos do PS.*

Sr. Presidente, parece que há Deputados que estão a ficar nervosos, mas gostava de deixar o desafio para que a comunicação social — para através dela chegar ao País — desse a conhecer qual é, de facto, a informação detalhada, rigorosa e preocupada que o Partido Socialista deixou ao Governo anterior de um problema de 1,5 mil milhões de euros.

É esta ficha 3.30 o vosso «legado» sobre a questão dos *swaps*!

Para terminar, Sr. Prof. Vítor Gaspar, gostaria de referir a seguinte questão.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Disse o Sr. Prof. Vítor Gaspar que estes eram contratos que, em vez de reduzir riscos, multiplicavam-nos. Disse o anterior Secretário de Estado desta tutela que eram contratos

normais, que não os conhecia e que eram contratos de cobertura de taxa de juro.

Sr. Prof. Vítor Gaspar, como é que explica esta disparidade de análise relativamente a estes contratos?

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, os Deputados do PSD parecem empenhados em transformar esta ficha numa coisa que ela nunca pretendeu ser. Esta ficha só demonstra uma coisa: demonstra que a frase «nada foi referido» — porque a frase não é «não foi referido com detalhe», é «nada foi referido» — e a existência desta ficha...

*Protestos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Um momento, Sr. Deputado João Galamba.

Srs. Deputados, peço, como já fiz há pouco, que mantenhamos condições para que todos se possam ouvir de forma adequada até ao final dos trabalhos.

Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Dizia que a existência desta ficha demonstra que a afirmação «nada foi referido na transferência de pastas» — e foi essa a afirmação e não outra que Maria Luís Albuquerque aqui fez — é, pura e simplesmente, mentira. Mentira!

Acho fascinante ver Deputados do PSD desvalorizar uma ficha que, basicamente, manda cumprir uma medida do Memorando de

Entendimento, que faz referência a um despacho com várias páginas e que resulta na publicação de um relatório que, entre outras coisas, inclui informação tão detalhada como este anexo enviado no dia 18 de julho a Maria Luís Albuquerque com toda a informação sobre os contratos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Toda?!...

O Sr. João Galamba (PS): — Toda a informação sobre os contratos!

Vou passar a citar a informação: tem a contraparte, o nocional, a origem do banco, a data, o ativo subjacente, a taxa de juro a pagar, a taxa de juro a receber, os pagamentos acumulados a várias datas diferentes. Curiosamente, esta informação é a mesma e até mais detalhada do que aquela que resultou do relatório publicado em janeiro de 2013.

Mas há mais! Acho que já está cabalmente demonstrado que a mentira ocorreu e há uma questão de responsabilidade que também importa apurar.

O Sr. ex-Ministro falou aqui várias vezes das cláusulas de vencimento antecipado. Gostava que dissesse a esta Comissão qual foi a data precisa a partir da qual essas datas passaram a ser acionadas. Quais foram a data e o evento precisos, em 2011, que determinaram o acionamento?

Na página 22 do relatório da StormHarbour está clarinho como a água que o evento que determinou a possibilidade de acionar as cláusulas de vencimento antecipado foi o chumbo do PEC 4. E isto é relevante porquê? Porque demonstra que, logo no início de funções deste Governo, havia uma urgência na renegociação imediata destes contratos. Porquê? Porque os bancos podiam exigir o seu vencimento antecipado. E o que é que fez este Governo? Perante informação detalhada sobre os contratos,

sobre as perdas dos contratos, e na posse da informação de que os bancos estavam em condições de acionar as cláusulas de vencimento antecipado, não fez nada! Mais: bloqueou a solução que vinha do anterior Governo, sem propor uma alternativa.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Isto aconteceu, pelo menos, até agosto de 2012, data em que entra Moreira Rato, o homem de confiança de Maria Luís Albuquerque. Aí, sim, este Governo começa a fazer alguma coisa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. João Galamba (PS): — O resultado é simples: as perdas que eram de 1500 milhões de euros duplicaram. E isso é da responsabilidade deste Governo!

O Sr. Presidente: — Vou passar à Sr.<sup>a</sup> Deputada seguinte, mas antes volto a fazer um apelo.

Os Srs. Deputados estão a sentir a necessidade de intervir todos ao mesmo tempo, o que é tecnicamente inviável. Os vossos comentários não ficarão registados para a história, como sabem, porque não têm o microfone aberto.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Vítor Gaspar, creio que desta audição ficam mais algumas conclusões que convém sublinhar.



Em primeiro lugar, ao longo das respostas que deu às questões por mim colocadas há pouco, o Sr. Doutor desmentiu a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças. Desmentiu-a ao afirmar que foi referido o assunto na transição de pastas e desmentiu-a ao afirmar — como o Deputado João Galamba acaba de informar, sobretudo os Srs. Deputados — que havia informação e que a pasta continha informação sobre estes contratos.

O Sr. Doutor diz também — e é outra conclusão — que não se lembra da conversa para poder afirmar que as informações eram insuficientes, mas que a sua conjectura é — e supõe que é por isso que não se lembra muito bem da conversa — que estavam a ser dados todos os passos para que se cumprissem as obrigações que existiam sobre este assunto.

Mas há uma terceira conclusão. E a terceira conclusão é aquela que nos deve convocar hoje a sua reflexão.

O Sr. Doutor diz que o assunto estava recenseado como importante. Como disse também, na sua vida profissional exige lealdade. E essa lealdade levou-o, na sua delegação de poderes à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, a passar-lhe toda a informação disponível à época, não só porque achava que Maria Luís Albuquerque era uma perita sobre esta matéria e tem um conhecimento profundo sobre esta matéria, tendo, aliás, passado pelo sector empresarial do Estado. Isto não é narrativa, são factos.

Por isso, com os factos todos que hoje temos, testemunhais e documentais, podemos dizer que Maria Luís Albuquerque caiu na sua própria mentira. Ao querer esconder-se atrás de uma mentira para acusar o anterior Governo de não ter passado informação, mentiu! Ao querer dizer que não tinha informação suficiente para poder atuar, mentiu! Ao dizer que colegas seus merecem «ir para a rua» do Governo porque tiveram contacto

com contratos *swaps*, demonstra um comportamento que tem de ser apurado em sede de Comissão de Inquérito.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Não é permitido que um responsável com as funções da Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças possa mentir numa Comissão de Inquérito. Ser julgador em causa própria dá exatamente este resultado, Sr. Doutor!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, como já foi dito, uma comissão de inquérito é para apurar factos e para apurar responsabilidades.

Em relação a factos, aquilo que se passa é que temos neste momento fundadas razões — pelo menos, do meu prisma, naturalmente — para acreditar que, nos últimos 10 anos, em várias empresas públicas portuguesas, foram utilizados instrumentos de gestão de risco não para gerir risco mas para maquilhar contas, para obter financiamento e para atividades especulativas, manifestamente ultrapassando o objeto daquelas empresas e a autonomia da gestão daquelas empresas.

Durante estes 10 anos, do ponto de vista da tutela e do ponto de vista dos conselhos fiscais e dos auditores, pouco ou nada foi feito nesta matéria. Só a partir do momento em que a questão surge, tanto quanto se sabe, «por obra e graça do Espírito Santo», no Memorando de Entendimento é que alguma coisa começa a ser feita.

---

Soubemos também hoje que toda a informação foi passada. Curiosamente, toda a informação que era desconhecida, porque o Governo anterior nada sabia e só soube para passar toda a informação ao Governo atual, o que não deixa de ser uma coisa extraordinária, até do ponto de vista da factualidade.

Mas, às vezes, o impossível acontece e parece que este foi um desses casos!

*Protestos do Deputado do PS João Galamba.*

Sei que quer distrair as atenções, Sr. Deputado, mas a questão essencial aqui é que a culpa não morra solteira.

Independentemente das responsabilidades de gestores públicos, de conselhos fiscais e de auditores, que têm de ser apuradas, o que lhe pergunto, Sr. Doutor, é o seguinte: do ponto de vista da responsabilidade dos governos, qual foi o Governo que resolveu e acabou com os contratos de *swaps* e qual foi o Governo que celebrou a esmagadora maioria dos contratos *swaps*?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, sobram algumas perguntas que passo a enunciar.

Primeira pergunta: Maria Luís Albuquerque tinha conhecimento do que era um contrato *swap*? A resposta é: tinha conhecimento! Foi diretora do Departamento de Gestão Financeira da REFER, era dirigente do IGCP, portanto, perguntar se tinha ou não esse conhecimento é uma pergunta «la palissiana» e nada mais!

Segunda pergunta: Maria Luís Albuquerque tinha conhecimento dos *swaps* altamente especulativos, tóxicos, que o Governo anterior tinha andando a fazer? A resposta é: não tinha!

*Protestos do PS.*

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Ela fez dois!

O Sr. Adão Silva (PSD): — Não tinha! Não tinha ela, quando chegou ao Governo, nem tinha o anterior Secretário de Estado do Tesouro e Finanças Costa Pina, de quem passo a ler a seguinte afirmação: «A existência de contratos de natureza especulativa é uma total surpresa!» — para ele, Costa Pina — «Nunca me passou pela cabeça que houvesse empresas públicas a assinar contratos sobre derivados com intuítos especulativos».

Terceira pergunta: Carlos Costa Pina referiu alguma coisa a Maria Luís Albuquerque quando passou a responsabilidade? A resposta é: não! Nem podia transmitir nada, pois se ele nada sabia, como é que ele havia de transmitir fosse o que fosse?!

*Risos.*

Sr. Presidente, os paradoxos são bons para a poesia e até para a filosofia, mas já se viu que, em questão de matéria de gestão de finanças públicas, são algo muito precário.

Quarta pergunta: Maria Luís Albuquerque atuou com diligência, competência e sentido de oportunidade para resolver um problema que tinha sido herdado do Partido Socialista? A resposta é: sim!

Vozes do PS e do PCP: — Não!

O Sr. Adão Silva (PSD): — Atuou com diligência, atuou com competência e atuou com sentido de oportunidade.

Finalmente, a quinta e última pergunta: sobre os contratos *swaps*, os tais especulativos que agora vamos ter de pagar «com língua de palmo», a ficha 3.30, a tão famosa 3.30, tinha alguma relevância nesta matéria? A resposta que me dá, que parece dar, é que era uma ficha cheia de boas intenções mas vazia, completamente vazia, absolutamente vazia, no que tem a ver com os seus conteúdos. De boas intenções está o inferno cheio, e esta ficha também, porque soluções é que não tinha.

O Sr. Presidente: — Estão, assim, concluídas as rondas de perguntas, por parte dos Srs. Deputados, pelo que dou a palavra, para uma intervenção final, ao Sr. Dr. Vítor Gaspar.

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Muito obrigado, Sr. Presidente, serei breve.

Em primeiro lugar, relativamente a estes instrumentos, como procurei dizer logo na minha intervenção inicial, derivados financeiros, que incluem *swaps*, podem ser instrumentos apropriados para a gestão de custo e risco por parte de entidades gestoras e emitentes de dívida. E é, certamente, a este aspeto que Costa Pina se refere, quando diz que são instrumentos normais de gestão deste tipo de riscos. A questão que se coloca é a de saber se, no conjunto de contratos que vemos que existiam nas empresas públicas portuguesas, se pode concluir que todos estes contratos eram apropriados, como instrumento de gestão de risco.

---

Esta foi uma pergunta suscitada pela Deputada Cecília Meireles, uma vez que referi que alguns destes contratos não só não geriam riscos como ainda multiplicavam riscos.

Existem alguns exemplos de contratos que julgo que podem ser chamados contratos altamente especulativos, que são contratos que, efetivamente, não só não foram instrumentos adequados de gestão de risco, com a informação que existia no momento da sua contratação, como se revelaram instrumentos de multiplicação considerável de risco. Não é uma característica de todos estes contratos, mas existem alguns contratos que têm esta natureza especulativa.

As características específicas destes contratos tinham aspetos concretos que não eram conhecidos em junho, julho ou agosto de 2011, de acordo com o meu melhor conhecimento dessa questão. E não eram do conhecimento do Governo anterior, nem eram do conhecimento do atual Governo.

O Sr. Deputado João Galamba, naturalmente, está a assumir que uma linha num ficheiro de *Excel* é informação suficiente para identificar as características específicas de um contrato de derivados, que tem uma extensão e uma complexidade muito consideráveis. Aliás, seria fácil mostrar que essa correspondência não é possível se, por exemplo, se anonimizasse um desses contratos e se pedisse a alguém que identificasse qual a linha do ficheiro de Excel que correspondia àquele contrato que foi facultado para efeitos de identificação.

Um outro ponto extraordinariamente importante que aparece aqui, nestas considerações, é a ideia de que nada foi feito, de que o problema acumulou e os prejuízos foram multiplicados em virtude dessa putativa inação. Em primeiro lugar, não houve nenhum período de inação, como será, claramente, documentado a esta Comissão de Inquérito, antes de os

seus trabalhos estarem acabados. Já apresentei o meu entendimento na cronologia, com base na informação prestada pela Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças e esse período de inação não existe.

Para além disso, é absolutamente claro, em meu entender, que a gestão de custos financeiros e riscos neste período foi efetiva, em particular pela existência do princípio de centralização de carteira destes instrumentos, que permitiu a diversificação de riscos e a compensação entre operações da mesma natureza mas de sinais contrários.

Consequentemente, é possível concluir que a atuação da Ministra de Estado e das Finanças, como responsável pela condução deste *dossier*, foi eficaz e efetiva.

Um terceiro aspeto que me parece muito importante, neste contexto, é a questão da responsabilidade por esta situação. Parece-me claro que os contratos que estamos aqui a analisar, nesta Comissão de Inquérito, foram negociados, contratados, acordados antes do período em que este Governo esteve em funções. Este Governo teve de gerir esta situação, dado que, como foi aqui amplamente observado, estes contratos fizeram parte de um contexto mais geral de crise financeira que teve de ser enfrentado durante este período e foram explicitamente considerados no âmbito do Programa de Ajustamento, negociado pelo Governo anterior e que este Governo teve de gerir.

Último aspeto: naturalmente, sendo este um assunto de grande importância e sendo objeto de delegação na então Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, toda a informação relevante que eu conhecia e que me parecia essencial foi transmitida. Em meu entender, isto é inteiramente consistente com o facto de a questão ter sido comunicada em termos do imperativo de preparar o primeiro exame regular do Programa de Ajustamento. A troica estava a poucas semanas de chegar a Lisboa e,

naturalmente, era necessário facultar informação antecipada, pelo que o conjunto de informação a veicular e que serviria de base para as fases posteriores do processo deveria, julgo eu, ter sido enquadrado nesse contexto, que era, de resto, o contexto natural para todos os serviços do Ministério das Finanças, que estavam a enfrentar uma pressão brutal para a produção da análise e informação necessárias para esse primeiro exame regular.

Por último, concluo dizendo que, em meu entender, a delegação que foi feita, nesta matéria, na Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças revelou-se inteiramente acertada para a proteção do interesse público, uma vez que quer riscos, quer custos financeiros foram substancialmente diminuídos e contidos, com base numa atuação eficaz que decorreu continuamente ao longo dos últimos dois anos.

Nada mais tenho a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Dr. Vítor Gaspar.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Dr. Vítor Gaspar fez aqui afirmações sobre o conteúdo do *email* ou da listagem de *swaps* que foi dada à ex-Secretária de Estado, no dia 19 de julho, pelo Dr. Pedro Felício, na altura Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, tendo o Dr. Vítor Gaspar dito aqui que não era possível identificar os contratos. Esta afirmação não é verdadeira e vou dar-lhe o ficheiro que tem a identificação detalhada, com o nome do contrato, com a data, mas, se a informação não chegava, resta saber por que é que não pediu a informação adicional.



O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vou dar por encerrados os trabalhos...

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, permite-me uma interpelação à Mesa?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, salvo melhor opinião, entendo que, perante esta interpelação, deve ser dada oportunidade ao nosso convidado, Dr. Vítor Gaspar, para explicar algumas destas afirmações.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Dr. Vítor Gaspar assim o entender...

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado João Galamba, naturalmente, não terá percebido o que tentei dizer. O que disse foi que a informação que existe sobre estes contratos é muito complexa e, portanto, não existe qualquer correspondência simples entre o conteúdo dos contratos e a caracterização no ficheiro que foi facultado naquela altura. E tive o cuidado de dizer que essa identificação seria virtualmente impossível se o contrato fosse anonimizado, isto é, se o contrato não aparecesse com identificação específica.

O Sr. João Galamba (PS): — Mas aparece com identificação!

---

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — Precisamente! Se não tivesse a identificação específica, o Sr. Deputado João Galamba...

O Sr. João Galamba (PS): — Mas tem a identificação específica!

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — ... não seria capaz de descobrir a que contrato, na lista, correspondia um contrato específico. Foi apenas o que eu disse, isto é,...

O Sr. João Galamba (PS): — Mas é o que está aqui!

O Sr. Dr. Vítor Gaspar: — ... a informação sumária é insuficiente. Agora, o que o Sr. Deputado João Galamba está a dizer é que o contrato está listado e as características do contrato — algumas informações sobre que tipo de contrato é, qual o valor nocional do contrato, etc. — estão listadas e, nesse aspeto, o Sr. Deputado é completamente rigoroso, mas é o mesmo que dizer que a biografia do Deputado João Almeida, por exemplo, está inteiramente decorrente da listagem do Deputado João Almeida na lista telefónica.

O Sr. João Galamba (PS): — Mas não é isso que consta desse ficheiro!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

Vou encerrar a reunião, mas reitero que, no final do Plenário, teremos uma audição com a Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças.

Está encerrada a reunião.

*Eram 13 horas e 40 minutos.*

---

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.